UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

VANESKA MEZETE PEGORARO

MUSEU DE PERIFERIA – MUPE: POSSIBILIDADE DE USO DE DOCUMENTO EM ESTADO DIGITAL PARA O ENSINO DE HISTÓRIA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CURITIBA

CURITIBA

2018

VANESKA MEZETE PEGORARO

MUSEU DE PERIFERIA – MUPE: POSSIBILIDADE DE USO DE DOCUMENTO EM ESTADO DIGITAL PARA O ENSINO DE HISTÓRIA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CURITIBA

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Educação, no Curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Auxiliadora M. S. Schmidt

CURITIBA

2018

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de
Bibliotecas/UFPR-Biblioteca do Campus Rebouças
Maria Teresa Alves Gonzati, CRB 9/1584
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Pegoraro, Vaneska Mezete.
Museu de periferia – MUPE : possibilidade de uso de documento em estado digital para o ensino de história na Rede Municipal de Ensino de Curitiba. – Curitiba, 2018.
96 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná. Setor de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação.
Orientadora: Profª Drª Maria Auxiliadora M. S. Schimidt

1. História – Estudo e ensino. 2. Museus – Curitiba (PR). 3. Educação – Rede Municipal de Ensino – Curitiba (PR). I. Título. II. Universidade Federal do Paraná.

CDD 907

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR SETOR DE EDUCACAO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **VANESKA MEZETE PEGORARO**, intitulada: **MUSEU DE PERIFERIA - MUPE: POSSIBILIDADE DE USO DE DOCUMENTO EM ESTADO DIGITAL PARA O ENSINO DE HISTÓRIA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CURITIBA**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação no rito de defesa.

A outorga do título de Mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 25 de Setembro de 2018.

MARIA AUXILIADORA MOREIRA DOS SANTOS SCHMIDT(UFPR)
(Presidente da Banca Examinadora)

TERESA JUSSARA LUPORINI(UEPG)

ANA MARIA DE ALMEIDA CAMARGO(USP)

A Wagner Tauscheck (*in memoriam*), que, pela sua militância e por entender o significado do acervo, aproximou a história do Museu de Periferia – MUPE com o LAPEDUH/UFPR, fazendo com que esta pesquisa fosse algo real.

AGRADECIMENTOS

Aos que vieram antes de mim e puderam abrir as portas dessa oportunidade.

Á Dra Ana Claudia Urban, exemplo de profissional, companheira e amiga.

À banca examinadora, pela generosidade em contribuir com esta pesquisa:

Dra. Ana Maria de Almeida Camargo,

Dra. Maria Auxiliadora M.S.Schmidt,

Dra. Teresa Jussara Luporini.

O silêncio de uma sala de arquivos é muito mais violento

que qualquer algazarra de pátio de escola [...].

Farge

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo refletir sobre o significado dos arquivos digitais e sua possível relação com o trabalho em sala de aula, como também aproximar os documentos do arquivo do Museu de Periferia com o Currículo de História do Ensino Fundamental da Rede Municipal da Educação de Curitiba. Foram consideradas como questões de investigação: em que medida os arquivos digitais podem ou contribuir com a prática escolar e qual a possibilidade de trabalho, em contexto escolar, com um saber histórico presente em documentos guardados em suporte digital. Tomou-se como referencial teórico os seguintes autores: Koyama (2015), Camargo, Goulart (2015), Rondinelli (2013), Schmidt e Garcia (2008), Bellotto (2006), Rüsen (2015), Barca (2005). A pesquisa assumiu os documentos do Museu de Periferia como dados empíricos e o Currículo de História do Ensino Fundamental como fonte documental. A partir das contribuições teóricas, da análise derivada dos dados empíricos e da fonte documental, foi possível inferir que o trabalho com arquivos digitais pode estar presente em aulas de História, tendo em vista que o seu acesso é facilitado pelo formato em que se encontra. Igualmente o trabalho com os documentos do Museu de Periferia pode ser realizado, tanto por se aproximar dos conteúdos prescritos no Currículo de História do Ensino Fundamental, especialmente dos anos iniciais, quanto pela metodologia da Educação Histórica, anunciada no documento curricular do Município de Curitiba.

Palavras-chave: Ensino de História. Museu de Periferia. Documento de arquivo.

ABSTRACT

This research intended to ponder on the meaning of digital archives and its possible relation to the classroom, as well as to approach the files of the Outskirts Museum (*Museu de Periferia*) archives in relation with the history curriculum of elementary school of the Municipal Education System of Curitiba. The questions considered for this research were: how the digital archives can contribute to the teaching practice; and what the possibilities of working with them in a school environment with a historical knowledge present in files stored digitally are. Such authors as Koyama (2015), Camargo (2015), Rondinelli (2013), Schmidt e Garcia(2008), Bellotto (2006), Rüsen (2015), Barca (2005) have been consulted to support our paper. This research took the files from the Outskirts Museum as empirical data and the history curriculum of elementary schools as documental source. Taken into account the theoretical contributions, the analysis from the empirical data and the documental source, it was possible to infer that it is viable to work with the digital files in history classes, considering its access is made possible by the format in which they are found. Besides, working with the documents from the Outskirts Museum can be made possible since it is close to the subjects found in the curriculum for history classes in elementary schools, especially for the first five grades, as well as the methodology of history education found in the curriculum for schools in the city of Curitiba.

Keywords:History teaching. Outskirts Museum. Archive files.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - BAIRRO SÍTIO CERCADO..... 23
FIGURA2 - HISTÓRICO DO MOVIMENTO POPULAR – XAPINHAL..... 26
FIGURA3 - RECORTE DE NOTÍCIA DE JORNAL DE 25/05/1989..... 29
FIGURA4 - SOLICITAÇÃO DE PARCERIA ENTRE O LAPEDUH E O MUPE..... 36
FIGURA5 - ESQUEMA DA MATRIZ DA AULA HISTÓRICA..... 64
FIGURA6 - APROXIMAÇÕES CURRICULARES ENTRE OS DOCUMENTOS DE ARQUIVO EM ESTADO DIGITAL DO MUPE E O CURRÍCULO DE HISTÓRIA DO ENSINO FUNDAMENTAL DE CURITIBA 1..... 67
FIGURA7 - APROXIMAÇÕES CURRICULARES ENTRE OS DOCUMENTOS DE ARQUIVO EM ESTADO DIGITAL DO MUPE E O CURRÍCULO DE HISTÓRIA DO ENSINO FUNDAMENTAL DE CURITIBA 2..... 68
FIGURA8 - APROXIMAÇÕES CURRICULARES ENTRE OS DOCUMENTOS DE ARQUIVO EM ESTADO DIGITAL DO MUPE E O CURRÍCULO DE HISTÓRIA DO ENSINO FUNDAMENTAL DE CURITIBA 3..... 70
FIGURA9 - APROXIMAÇÕES CURRICULARES ENTRE OS DOCUMENTOS DE ARQUIVO EM ESTADO DIGITAL DO MUPE E O CURRÍCULO DE HISTÓRIA DO ENSINO FUNDAMENTAL DE CURITIBA 4..... 72
FIGURA 10 - APROXIMAÇÕES CURRICULARES ENTRE OS DOCUMENTOS DE ARQUIVO EM ESTADO DIGITAL DO MUPE E O CURRÍCULO DE HISTÓRIA DO ENSINO FUNDAMENTAL DE CURITIBA 5..... 74

LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTOGRAFIA 1 - OCUPAÇÃO DA REGIÃO DO SÍTIO CERCADO..... 24
FOTOGRAFIA 2 - SÍTIO CERCADO: FINAL DA DÉCADA DE 80..... 24
FOTOGRAFIA 3 - OCUPAÇÃO DO XAPINHAL..... 27
FOTOGRAFIA 4 - CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO NOSSA SENHORA DA LUTA..... 28
FOTOGRAFIA 5 - ENTREGA DE ESCRITURAS – VILA XAPINHAL..... 30
FOTOGRAFIA 6 - ACERVO DO MUPE, 2013..... 35

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO DIGITAL..... 43
QUADRO 2 - CLASSIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS DIGITAIS..... 49
QUADRO 3 - ORGANIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CURITIBA..... 55
QUADRO 4 - DEMONSTRATIVO DOS EIXOS DO CURRÍCULO DE HISTÓRIA..... 59
QUADRO 5 - DEMONSTRATIVO DOS OBJETIVOS, CONTEÚDOS E CRITÉRIOS..... 61

LISTA DE SIGLAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular
FFLCH – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP
IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus
IPPUC –Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
LAPEDUH – Laboratório de Pesquisa em Educação Histórica
MEC – Ministério da Educação
MinC – Ministério da Cultura
MUPE– Museu de Periferia
PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação
RME – Rede Municipal de Ensino
SME – Secretaria Municipal de Educação
UFPR – Universidade Federal do Paraná
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....15

2 MUSEU DE PERIFERIA: UM POUCO DE SUA HISTÓRIA 22

2.1 A REGIÃO DO SÍTIO CERCADO: UM POUCO DE SUA HISTÓRIA 22

2.2 A CRIAÇÃO DO MUSEU DE PERIFERIA – MUPE.....30

3 UM DEBATE SOBRE ARQUIVOS E EDUCAÇÃO.....38

3.1 O CAMPO DA ARQUIVOLOGIA 39

3.1.1 A gestão de arquivos 43

3.2 POSSÍVEIS APROXIMAÇÕES ENTRE ARQUIVOS E A EDUCAÇÃO.....47

4 O ARQUIVO E O CURRÍCULO PARA O ENSINO DE HISTÓRIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE CURITIBA: ALGUMAS APROXIMAÇÕES 54

4.1 O CURRÍCULO DO ENSINO FUNDAMENTAL – 1º ao 9º ano – 2016 56

4.1.2 O Currículo do Ensino Fundamental: 1º ao 9º ano – História 57

4.1.3 Sobre os objetivos, os conteúdos e os critérios de ensino-aprendizagem..... 61

4.2 AS POTENCIALIDADES DO ARQUIVO DO MUPE NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.....65

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 76

REFERÊNCIAS 81

ANEXO 1 – INVENTÁRIO DOS DOCUMENTOS E OBJETOS DO MUPE..... 84

ANEXO 2 – FÔLDER DO MUPE – FRENTE 89

ANEXO 3 – OUTROS DOCUMENTOS EM ESTADO DIGITAL – POSSÍVEIS DE APROXIMAÇÃO COM OS CONTEÚDOS CURRICULARES.. 91

1 INTRODUÇÃO

Indagar sobre os caminhos que a Educação brasileira seguirá nas próximas décadas tem sido a inquietação de muitos educadores, independentemente do segmento educacional em que atuam. Após a aprovação da Base Nacional Comum Curricular, torna-se difícil acreditar em uma política pública que de fato contribua para a melhoria da qualidade da Educação, especialmente das classes menos favorecidas, onde suas diferenças sócio culturais não sejam contempladas, mas sejam niveladas.

A Base Nacional Comum Curricular é um documento de referência para a elaboração de currículos e de propostas pedagógicas. É preciso ficar em estado de alerta permanente para o que vem se anunciando para as escolas e para o/a professor/a.

Este é não o único tema que vem permeando e atingindo a Educação. Trago-o[1] como um dos debates necessários em meio a tantos. Sou conhecedora de que não há respostas ou soluções a curto prazo para essas inquietações, mas me sinto viva em tê-las porque, de alguma forma, busco compreendê-las e olhar as coisas à minha volta de maneira diferente.

Nesse panorama que constitui a Educação, vou parafrasear a poetisa Cora Coralina em um de seus escritos: “Desistir...eu já pensei seriamente nisso, mas nunca me levei realmente a sério!”.

Sou um “retalho vivo” de todas as pessoas que passaram pela minha vida. Dessa forma, entendo que o momento da escrita de uma dissertação não é isolado do momento em que se vive, tampouco um ‘momento isolado’ da vida de quem intenciona escrever. Assim, registro um pouco de minha trajetória estudantil e profissional por entender que, sem esse percurso, não seria possível escrever algo sobre aquilo em que acredito.

Em dezembro de 2017 completei vinte anos de Formação no Magistério. Estudei no Instituto de Educação do Paraná, quando se exigia um teste seletivo para ingressar. Ainda sem ter concluído o curso Normal, trabalhei em uma Escola chamada Casa Escola Tia Alzira, voltada para o maternal e o pré-escolar. Mesmo com todas as aulas teóricas, metodologias e estágios, fui aprendendo a ser

[1] A Introdução deste trabalho será escrita na primeira pessoa do singular, pois entendo que é um momento em que, além das intenções da pesquisa, registro um pouco da trajetória que permitiu chegar até este momento.

professora em sala de aula. Aí é que fui contaminada de vez pelo “vírus da Educação”. A dona da escola, uma professora dedicada e amorosa, foi me ajudando a entender a amplitude dessa profissão. Formei-me no Magistério e em seguida prestei vestibular para o curso de Licenciatura em Pedagogia na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Iniciei uma nova fase da formação: o curso superior. Passei a residir na cidade e tive a oportunidade de trabalhar como estagiária no Núcleo Regional de Ponta Grossa. Ali pude desenvolver minhas habilidades em situações as mais diversas possíveis e também pude aprender os pormenores sobre a burocracia da vida escolar.

A convivência com esse espaço (tão complexo e sem rotina) reforçou em mim a necessidade de respeitar o tempo e o espaço do outro: a lida com todos com a mesma atenção e respeito, fosse uma auxiliar da limpeza, uma estagiária, um diretor de escola ou um profissional reconhecido em seu meio. Foi um aprendizado ímpar! Esse foi e é o aprendizado que intenciono pôr em prática diariamente com as crianças da escola onde trabalho, bem como com as pessoas com as quais convivo.

Terminando o Curso de Pedagogia e com o trabalho garantido por meio do concurso Público do Município de Fazenda Rio Grande, retornei a Curitiba, onde iniciei minha caminhada como professora da rede pública de ensino. Trabalhei em escola do primeiro segmento do Ensino Fundamental e compus, na época, a equipe pedagógica da Secretaria Municipal da Educação, onde participei da escrita da Diretriz Curricular. Essa experiência foi problematizada e registrada no trabalho de Especialização: *Escolha de diretores: uma análise do processo de eleição de diretores do Município de Fazenda Rio Grande*. Tal como ocorreu com inúmeros profissionais da educação, tive experiências positivas e também dolorosas– minhas crenças e ideologias quebradas na convivência diária com uma política que delimitava o que eu podia ou não realizar em prol da educação do município. Essas questões e o peso diário dos quase 80 km de ida e volta me fizeram tentar outro concurso público, dessa vez no Município de Curitiba.

Tomei posse em março de 2001 e fui lecionar em uma escola em tempo integral, no limite entre os municípios de Curitiba e Colombo, experiência única.

Após algum tempo tive a oportunidade de participar da coordenação do projeto de escrita dos *Cadernos pedagógicos* do Município. Durante a experiência, fiz outro curso de Especialização, intitulado *Desenvolvimento editorial com ênfase em materiais didáticos*, tendo apresentado como pesquisa de conclusão do curso *O*

material didático para formação de professores: uma experiência da Rede Municipal de Ensino de Curitiba. O curso proporcionou diversas reflexões sobre o mercado editorial, a produção de materiais e a análise dos aspectos linguísticos.

Depois de algumas experiências no interior da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, retornei para a mesma escola de quando assumi o cargo, em 2001. Algumas surpresas: hoje algumas das minhas crianças são filhos (as) das crianças para as quais lecionei anos antes. Percebi algumas mudanças e permanências na escola, como uma ponta da linha que não fecha o círculo de aprendizado que tenho vivido.

No percurso particular, muitos desamores compuseram esse cenário educacional: presenciei políticas públicas sendo discutidas e implementadas, da mesma forma que presenciei políticos contra as políticas públicas para o desenvolvimento social dos menos favorecidos. Sempre buscando na literatura alento para as agruras vividas, me reporto às palavras de Mario Quintana: “Todos esses que aí estão atravancando meu caminho, eles passarão. Eu passarinho!”.

As inquietações desse aprendizado e a busca por certo nível de coerência me fez tentar inúmeras vezes a capacitação profissional por meio da pós-graduação: mestrado.

No ano de 2011 o Laboratório de Pesquisa em Educação Histórica (LAPEDUH/UFPR) desenvolveu um projeto de extensão, coordenado pela Professora Dra Maria Auxiliadora Moreira dos Santos Schmidt, intitulado: “Contando Histórias de Nossa Gente: Museu de Periferia (MUPE) e Educação Histórica”, em parceria com o MUPE (Museu de Periferia)[2]. O citado projeto contava com duas frentes de trabalho: primeiro, a digitalização do arquivo do Museu; segundo, a oferta de cursos de formação para professores da Rede Municipal de Ensino.

A parceria entre as instituições aludidas foi marcada também por uma preocupação com a “preservação”, ou seja, a salvaguarda dos documentos. Para tanto estão em fase de digitalização os documentos sob a responsabilidade do MUPE, portadores de parte da história do bairro.

Sendo professora da Rede Municipal de Ensino de Curitiba, participei do curso de formação continuada proposto pelo LAPEDUH/UFPR: “A História guardada em arquivos familiares”. O curso oportunizou conhecimento sobre a história do

[2]O registro da história do MUPE está contemplado no capítulo 2.

MUPE, reflexões sobre o significado do ensino e aprendizagem da História, a preservação da memória levando em conta o trabalho com os documentos que estão sob a guarda do MUPE.

Em dezembro de 2015 dei continuidade ao processo de digitalização do arquivo do MUPE. A metodologia que vem norteando a tarefa respeita a organização prévia, ou seja, considera a disposição que os coordenadores do museu deram aos documentos. O trabalho de digitalização do acervo visa a preservação no formato em que estão guardados e tem respeitado a organização dada pelas pessoas que, de forma direta ou indireta, assumiram a proposta de criar um museu preocupado com a história do bairro.

O trabalho de digitalização do acervo, somado às inquietações trazidas pelo curso de formação continuada, desencadearam em mim alguns questionamentos, como: o significado dos documentos de arquivos para o trabalho em sala de aula e a maneira como esses documentos digitalizados do MUPE podem ser inseridos nas aulas de Histórias dos anos iniciais da Rede Municipal de Curitiba (RME).

Tomada por essas inquietações, propus um projeto de pesquisa na seleção para o Mestrado em Educação, na linha de pesquisa Cultura, Escola e Ensino, do programa de Pós-Graduação em Educação da UFPR, no qual indiquei aprofundar as discussões sobre arquivos, os arquivos digitais e as suas possibilidades para o uso didático no dia a dia da escola, especialmente no ensino de História. O projeto foi acolhido pela Professora Dra Maria Auxiliadora Schmidt, em parceria de orientação com a Professora Dra Ana Claudia Urban, e foi sendo tecido e concebido com todas as angústias, tristezas e desafios que o trouxeram até aqui.

A escolha pela linha de pesquisa acima mencionada se deu em virtude de ela assumir uma abordagem teórico-metodológica capaz de aproximar os processos de escolarização com contribuições possíveis para a reformulação da prática escolar e, consequentemente, com a aprendizagem da criança em idade escolar. Nessa direção, acreditamos que será possível ampliar as reflexões que defendem os arquivos como lugares de preservação do patrimônio e, portanto, ampliaras possibilidades de investigação sobre a valorização do seu papel social também em espaço escolar.

A experiência durante o percurso do Mestrado proporcionou, além das aulas, das leituras, dos seminários, das idas à biblioteca na Universidade Federal do Paraná, a oportunidade de cursar, no segundo semestre de 2016, a disciplina

Introdução à Arquivologia[3] na Universidade de São Paulo, sob a condução da Professora Dra Ana Maria de Almeida Camargo[4]. Tal vivência foi de fundamental importância e creio que um divisor de águas em relação ao trabalho de uma professora dos anos iniciais e sua aventura de ser pesquisadora. Mergulhar em discussões sobre o que é um documento de arquivo e sua natureza, a tipologia das instituições de custódia de documentos, a história do arquivo e a disciplina arquivística, os arquivos no mundo digital, entre outros aspectos foi um grande desafio, que provocou um grande desconforto, uma vez que essas discussões não tinham feito parte de minha formação acadêmica de licenciada em Pedagogia.

A palavra que definiu e talvez ainda defina esse momento é: desafio– como encarar um trabalho acadêmico diante das ausências do percurso acadêmico e, ao mesmo tempo, da vontade de contribuir com uma prática de sala de aula que minimamente possa fazer alguma diferença na aprendizagem das crianças, que têm na escola a única oportunidade de conhecer algo diferente da realidade onde vivem.

No conjunto desse percurso a presente pesquisa coloca como questionamento inicial:

- Qual o significado dos arquivos digitais para o ensino de História?

A partir desse questionamento inicial, outras perguntas fizeram-se presentes, tais como:

- Como os arquivos digitais podem interferir ou contribuir com prática escolar, no ensino de História?
- É possível trabalhar em contexto escolar, particularmente no ensino de História dos anos iniciais do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Curitiba (RME), com um saber histórico presente em documentos guardados em suporte digital, especialmente com documentos do MUPE?

[3]Disciplina ofertada para a Graduação em História (Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas-FFLCH/USP). Mesmo não contando oficialmente como créditos para o curso de mestrado, julgamos relevante a experiência, que foi certificada pela Associação de Arquivistas de São Paulo.

[4]Graduada em História pela Universidade de São Paulo (1966), com doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (1974). Atualmente é professora na Universidade de São Paulo. Possui experiência em História, com ênfase em Teoria e Filosofia da História. Sua linha de pesquisa compreende trabalhos relativos à Arquivística, documentação, periódicos, atividades junto ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e à imprensa brasileira.

Considerando tais pressupostos e pensando na estrutura do trabalho, constituíram-se como objetivos:

- Definir o significado dos arquivos digitais e sua possível relação com o trabalho em sala de aula.
- Apontar possibilidade de aproximação dos documentos do arquivo do MUPE com o Currículo do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Curitiba, particularmente com a área de História.

Do ponto de vista metodológico, os dados empíricos da pesquisa são oriundos dos documentos do MUPE. Para tanto registro o cuidado ético ao olhar para esses documentos, respeitando o lugar, bem como a história revelada por eles. O MUPE é portador de documentos históricos que contam a história da região. E para a presente pesquisa, esses documentos constituíram-se em dados empíricos de análise e aproximação com o ensino de História para os anos iniciais. Nessa direção ao realizar pesquisa, assumindo os documentos do MUPE como dados, entendo que a pesquisa vai ao encontro dos pressupostos do próprio museu, que em seu estatuto anuncia como objetivos: "Pesquisa, promoção, preservação, divulgação e difusão à cultura e a conservação do patrimônio histórico cultural e/ou artístico da periferia das cidades; Desenvolvimento de ações visando o resgate, o conhecimento e o reconhecimento da memória local, sob a perspectiva histórica, social e econômica da sua formação*".*[5]

Desse modo, a presente dissertação ficou estruturada em Introdução e mais três capítulos.

No Capítulo 1, apresento aspectos que justificaram a realização da pesquisa, a principal questão de investigação, a problemática, os objetivos e a estrutura do texto.

No Capítulo 2, "Museu de Periferia: um pouco de sua história", situo a região do Sítio Cercado e alguns aspectos da sua história que, de certa forma, explicam o surgimento do Museu de Periferia do Sítio Cercado – MUPE. No capítulo intenciono situar os documentos do acervo do Museu de Periferia no contexto da presente pesquisa.

[5]Estatuto social do MUPE, na seção II, Artigo 4.º. Disponível em: <http://mupesitiocercado.blogspot.com/p/missao_25.html>. Acesso em: 06 ago. 2018.

No Capítulo 3, “Um debate sobre arquivos e Educação”, procuro registrar minhas reflexões a partir de um recorte de pesquisas sobre o tema *arquivo*. Tomo como referência as produções de pesquisadores e pesquisadoras que se dedicam a esse campo – inclusive alguns deles se preocupam com a aproximação entre arquivo e ensino. Destaco as seguintes autoras: Ana Maria de Almeida Camargo, Heloísa Liberalli Bellotto, Clarissa Moreira dos Santos Schmidt, Adriana Carvalho Koyama.

No Capítulo 4,“O arquivo e o currículo para o ensino de História da Secretaria Municipal de Educação de Curitiba: algumas aproximações”, meu objetivo é olhar o documento oficial do Município que estabelece direcionamentos para o trabalho pedagógico e, a partir dele, fazer algumas aproximações entre arquivo e Educação, revelando como as discussões que consideram os arquivos como portadores de documentos podem fazer parte da prática em aulas dos anos iniciais do Ensino Fundamental, especialmente no ensino de História.

A pesquisa insere-se no campo da Educação Histórica[6] por assumir que os documentos guardados pelo MUPE têm potencialidade como fontes para o ensino de História, como preconizado pelos fundamentos do currículo de História da Rede Municipal de Curitiba. A metodologia assumida pelo currículo permite o trabalho com documentos em estado de arquivo digital, como será mencionado principalmente no Capítulo 4.

Inebriada pelas aulas de *Introdução à Arquivologia*, faço a proposta de alocar este trabalho como um diário íntimo educacional e empresto do autor Phillipe Artières a ideia de que, quando escrevemos, também fazemos um registro pessoal: “Num diário íntimo, registramos apenas alguns acontecimentos, omitimos outros; às vezes, quando relemos o nosso diário, acrescentamos coisas ou corrigimos aquela primeira versão” (1998, p. 3).

[6] Para saber mais: GERMINARI, Geyso D. Educação histórica: a constituição de um campo de pesquisa. **Revista HISTEDBR** on-line, Campinas, n. 42, p. 54-70, jun. 2011.Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/42/art04_42.pdf>. Acesso em: 1º ago. 2018.

2 MUSEU DE PERIFERIA: UM POUCO DE SUA HISTÓRIA

O presente capítulo se propõe a situar os documentos do acervo do Museu de Periferia (MUPE) no contexto da presente pesquisa.

Na Introdução, anunciamos que a nossa intenção era refletir sobre as possibilidades de trabalho com um saber histórico presente em documentos guardados em suporte digital, especialmente com documentos guardados no acervo em construção do Museu de Periferia (MUPE), para o ensino de História nos anos iniciais do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Curitiba (RME).

Em nossa pesquisa, buscamos sistematizar uma reflexão sobre o debate em torno do arquivo e identificar, no documento oficial da RME (Currículo para o Ensino Fundamental), os indicativos para o trabalho em sala de aula que consideram os documentos de acervo e seus desdobramentos.

Os documentos do acervo do MUPE estabelecem esse encontro, pois são portadores de uma história que, em nosso entendimento, encontram espaço para o ensino de História, especialmente no 3º ano (I Ciclo), como será explicado mais adiante.

Na sequência apresentamos um pouco da trajetória do MUPE e a forma pela qual, em nossa compreensão, ele pode contribuir para o ensino de História, no Ensino Fundamental da Rede Municipal da Educação de Curitiba.

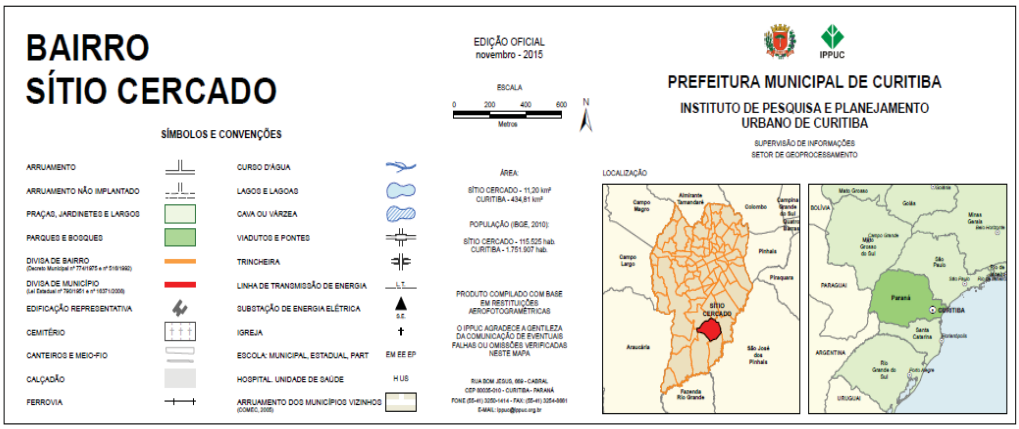
2.1 A REGIÃO DO SÍTIO CERCADO: UM POUCO DE SUA HISTÓRIA

O Museu de Periferia está localizado em um bairro de Curitiba chamado Sítio Cercado. Segundo dados do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), o bairro recebeu esse nome porque as terras de sua localização eram cercadas por águas. Hoje em dia, o bairro ocupa cerca de 11,12 km² de um total de 432,17 km² da região de Curitiba.

> [...] outra possibilidade para a denominação do bairro veio da necessidade do Sr.Laurindo em cercar o sítio com arame, evitando que as tropas vindas do Rio Grande do Sul estragassem as plantações de laranjas, mimosas, figos, pêssegos, batatas e feijão. Os moradores também possuíam criações de gado suíno e bovino. (IPPUC, 2015, p. 3).

Localizado na região sul, o Sítio Cercado fica a mais ou menos 17 km do centro de Curitiba. A população estimada é de 115.525 habitantes, segundo dados do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba–IPPUC.

FIGURA 1 – BAIRRO SÍTIO CERCADO



FONTE: IPPUC, 2016.

Encontram-se, na história do Sítio Cercado, versões que identificam o Sr. Laurindo Ferreira de Andrade como o maior proprietário daquela região. Por volta de 1945, os filhos venderam as terras para loteamento.

Em 1987 algumas famílias que estavam sofrendo pela ausência de uma política habitacional na cidade de Curitiba ocuparam terrenos ociosos dessa região.

A partir dos documentos do MUPE, é possível contar um pouco dessa história. Também produções como *Duas décadas de ocupações urbanas em Curitiba: quais são as opções de moradia para os trabalhadores pobres, afinal?*, de Celene Tonella (2010), registram a história da moradia na região. Afirma a autora:

> No ano de 1988, a periferia de Curitiba viu brotar, na calada da noite dos meses de temperatura mais quente, centenas de acampamentos em terrenos públicos e privados. Iniciou-se um vigoroso movimento popular pela conquista do espaço urbano. O ano de 1989 fechou com mais de 180 ocupações em terrenos públicos e quase 40 em terrenos particulares, num total de 10 mil famílias acampadas nessas áreas. (TONELLA, 2010, p. 244).

Foi nesse contexto que, na região do atual Sítio Cercado, ocorreu um movimento de ocupação de terrenos, com o objetivo de conquista pela moradia.

> Diante desse quadro de desesperança, em 1988, ocorreu a primeira ocupação numa área particular, denominada Sítio Cercado. Nessa ocupação, os números finais apontaram a participação de 16 associações de moradores, 3.200 famílias e mais de 10 mil pessoas. Os organizadores do movimento sabiam que era muito difícil permanecer naquele terreno particular, o objetivo principal era interagir com o poder público, isto é, a

> intenção era pressionar o poder público para que apontasse alguma solução, como a realocação para outra área. (TONELLA, 2010, p.245).

As fotos a seguir mostram uma visão acerca da ocupação:

FOTOGRAFIA1 – OCUPAÇÃO DA REGIÃO DO SÍTIO CERCADO

FONTE: Paraná Online (2015). Foto: Ciciro Back.

FOTOGRAFIA2 – SÍTIO CERCADO: FINAL DA DÉCADA DE 80

FONTE: Tribuna do Paraná, 2012. Imagem: Allan Costa Pinto.

A expansão geográfica de Curitiba nessa época era pautada em uma visão de cidade modelo e ecológica, porém "[...] a população pobre, acrescida das levas de migrantes que se instalaram na cidade, resolvia como podia a questão habitacional. A luta pela regulamentação dos loteamentos clandestinos foi a primeira luta que marcou o cotidiano da população recém-estabelecida na cidade [...]" (TONELLA, 2010, p. 87).

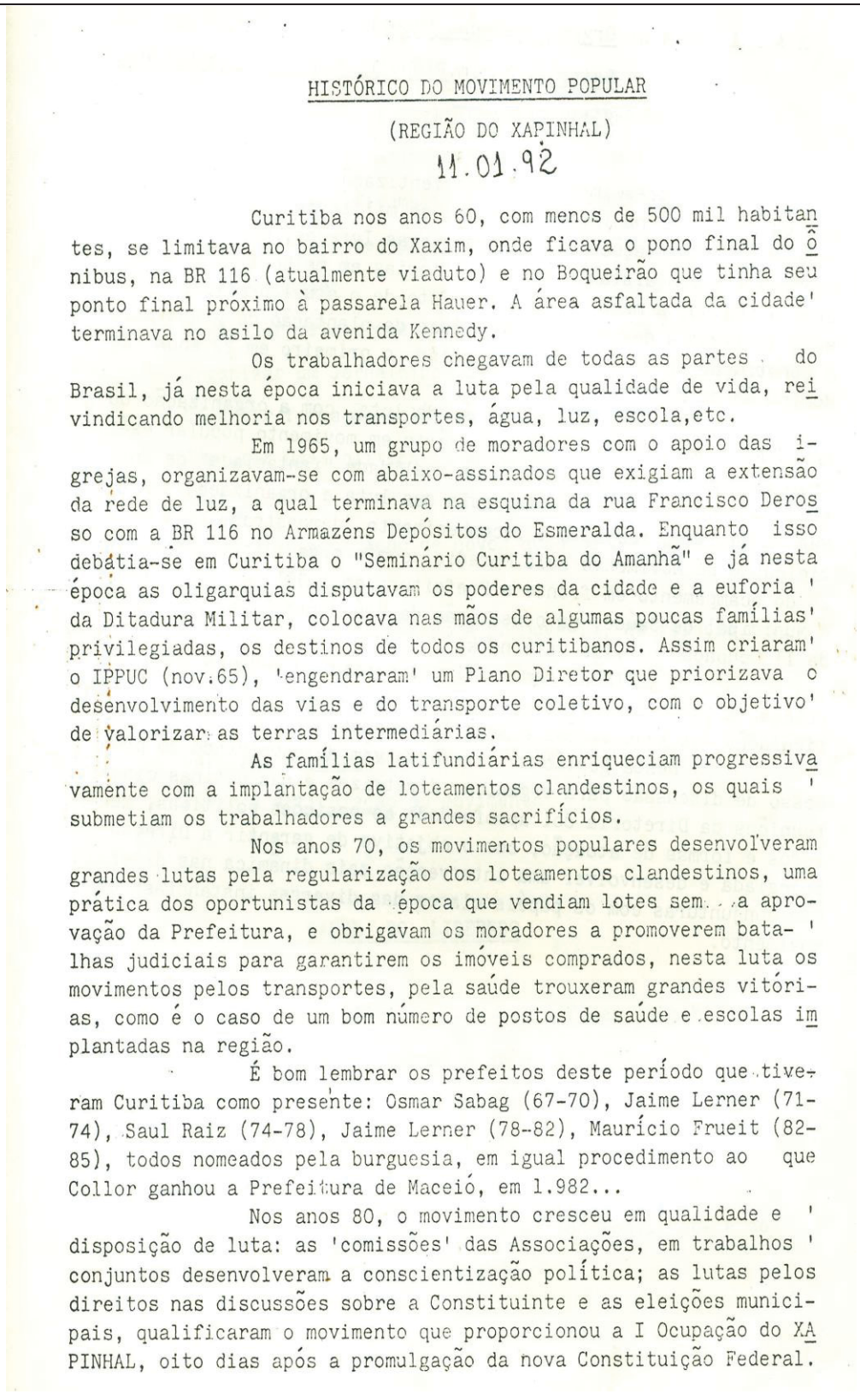
A autora acrescenta:

> O movimento popular, frente ao quadro exposto para o setor, começou a se organizar ainda durante a gestão de Roberto Requião e a elaborar propostas concretas. Ao mesmo tempo, surgiu, em todo o território nacional, a bandeira pela REFORMA URBANA [...]. (TONELLA, 2010, p. 88).

O documento a seguir registra a formação do movimento popular[7] que resultou em algumas ações, entre elas a ocupação dos terrenos ociosos da região. O documento faz parte do acervo do MUPE.

[7]Entendemos que o movimento da ocupação ocorrido na região do Sítio Cercado se insere numa ampla discussão sobre os movimentos sociais. Não se constitui objeto desta pesquisa a reflexão sobre os movimentos sociais. Para saber mais sobre estes movimentos sugerimos: GOHN, Maria da Gloria. **Teoria dos movimentos sociais**. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

FIGURA 2 – HISTÓRICO DO MOVIMENTO POPULAR - XAPINHAL



HISTÓRICO DO MOVIMENTO POPULAR

(REGIÃO DO XAPINHAL)

11.01.92

Curitiba nos anos 60, com menos de 500 mil habitantes, se limitava no bairro do Xaxim, onde ficava o pono final do ônibus, na BR 116 (atualmente viaduto) e no Boqueirão que tinha seu ponto final próximo à passarela Hauer. A área asfaltada da cidade terminava no asilo da avenida Kennedy.

Os trabalhadores chegavam de todas as partes do Brasil, já nesta época iniciava a luta pela qualidade de vida, reivindicando melhoria nos transportes, água, luz, escola,etc.

Em 1965, um grupo de moradores com o apoio das igrejas, organizavam-se com abaixo-assinados que exigiam a extensão da rede de luz, a qual terminava na esquina da rua Francisco Derosso com a BR 116 no Armazéns Depósitos do Esmeralda. Enquanto isso debatia-se em Curitiba o "Seminário Curitiba do Amanhã" e já nesta época as oligarquias disputavam os poderes da cidade e a euforia da Ditadura Militar, colocava nas mãos de algumas poucas famílias privilegiadas, os destinos de todos os curitibanos. Assim criaram o IPPUC (nov.65), 'engendraram' um Plano Diretor que priorizava o desenvolvimento das vias e do transporte coletivo, com o objetivo de valorizar as terras intermediárias.

As famílias latifundiárias enriqueciam progressivamente com a implantação de loteamentos clandestinos, os quais submetiam os trabalhadores a grandes sacrifícios.

Nos anos 70, os movimentos populares desenvolveram grandes lutas pela regularização dos loteamentos clandestinos, uma prática dos oportunistas da época que vendiam lotes sem a aprovação da Prefeitura, e obrigavam os moradores a promoverem batalhas judiciais para garantirem os imóveis comprados, nesta luta os movimentos pelos transportes, pela saúde trouxeram grandes vitórias, como é o caso de um bom número de postos de saúde e escolas implantadas na região.

É bom lembrar os prefeitos deste período que tiveram Curitiba como presente: Osmar Sabag (67-70), Jaime Lerner (71-74), Saul Raiz (74-78), Jaime Lerner (78-82), Maurício Frueit (82-85), todos nomeados pela burguesia, em igual procedimento ao que Collor ganhou a Prefeitura de Maceió, em 1.982...

Nos anos 80, o movimento cresceu em qualidade e disposição de luta: as 'comissões' das Associações, em trabalhos conjuntos desenvolveram a conscientização política; as lutas pelos direitos nas discussões sobre a Constituinte e as eleições municipais, qualificaram o movimento que proporcionou a I Ocupação do XAPINHAL, oito dias após a promulgação da nova Constituição Federal.

FONTE: MUPE.

Após a promulgação da Constituição de 1988, a luta pela moradia intensificou-se.

> Nesse ano, ocorreu a ocupação da área conhecida por Xapinhal, fruto de um trabalho organizado por 16 entidades comunitárias dos bairros **Xaxim, Pinheirinho, Sítio Cercado e Alto Boqueirão[8].** O movimento levou dois anos para se concretizar; teve início em 1986, e seu objetivo central era resolver o problema de moradia para a população desses bairros. Numa região repleta de espaços vazios (cita-se a cifra de 400 alqueires ou 1.000 hectares), a população estava vivendo no que se pode considerar uma nova modalidade de moradia, fruto do desespero: os cortiços da periferia. (TONELLA, 2005, p. 245 – grifo nosso).

FOTOGRAFIA 3 – OCUPAÇÃO DO XAPINHAL

FONTE: MUPE. Novembro de 1987.

Ainda sobre a história desta ocupação, esclarece Tonella:

> Após a perda de controle de entrada das famílias, começou um processo interno de organização. Dez dias depois, o acampamento contava com mais de 10 mil pessoas, divididas em oito grupos. Dos oito grupos formados, cada um tinha de 100 a 380 famílias e cada grupo elegeu um coordenador para cada vinte famílias. O grupo manteve um escritório para centralizar as informações e, para evitar o "inchamento" interno de cada grupo, foi feito um cadastramento com a relação de todos os componentes. Em cada grupo existia, ainda, uma subcomissão de segurança e uma cozinha comunitária, onde as refeições eram preparadas. **Cabe destacar aqui, mais uma vez, a importância do papel das mulheres.**
>
> [...] Num primeiro momento, elas tornaram habitável o espaço hostil e, trabalhando coletivamente, transformaram as áreas comuns em

[8]A Vila Xapinhal foi uma ocupação formada em 1988 por moradores dos bairros Xaxim, Pinheirinho e Boqueirão que buscavam solução para moradia.

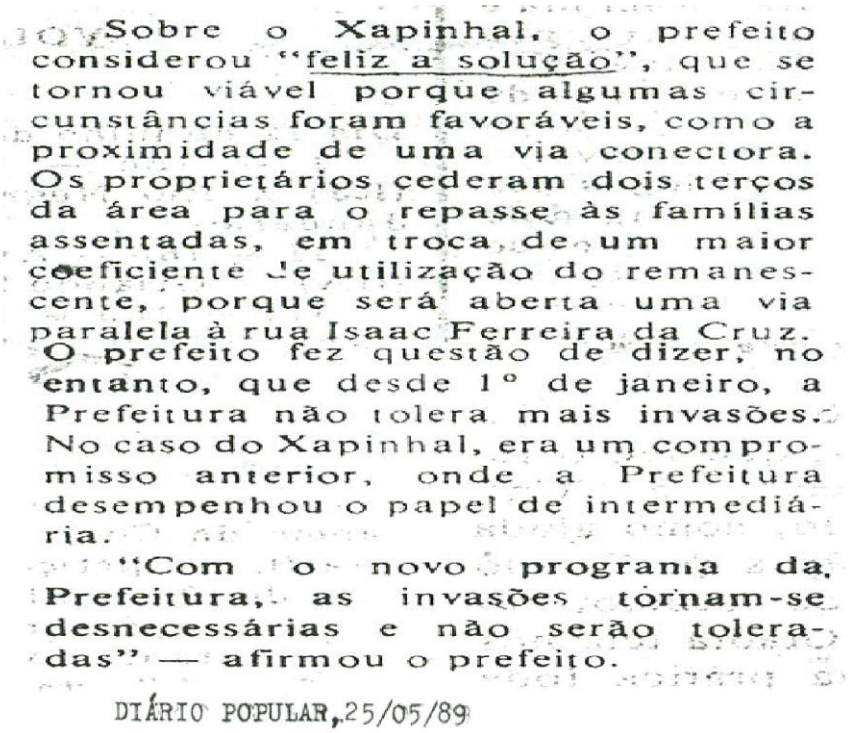
> prolongamento das habitações. A prática da democracia interna foi outro fator importante para a coesão dos acampados. Dos oito grupos resultou a Coordenação Geral do Acampamento do Xapinhal, com 54 membros. As decisões mais importantes eram tomadas em Assembleia Geral pela maioria dos acampados. A partir desse momento de luta é que criaram a Associação Nossa Senhora da Luta. (2005, p. 90-91).

FOTOGRAFIA4 – CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO NOSSA SENHORA DA LUTA

FOTO: MUPE. S/D.

Segundo os documentos do acervo do MUPE, a ocupação caminhou para a sua finalização.

FIGURA 3 – RECORTE DE NOTÍCIA DE JORNAL DE 25/05/1989



Sobre o Xapinhal, o prefeito considerou "feliz a solução", que se tornou viável porque algumas circunstâncias foram favoráveis, como a proximidade de uma via conectora. Os proprietários cederam dois terços da área para o repasse às famílias assentadas, em troca de um maior coeficiente de utilização do remanescente, porque será aberta uma via paralela à rua Isaac Ferreira da Cruz.

O prefeito fez questão de dizer, no entanto, que desde 1º de janeiro, a Prefeitura não tolera mais invasões. No caso do Xapinhal, era um compromisso anterior, onde a Prefeitura desempenhou o papel de intermediária.

"Com o novo programa da Prefeitura, as invasões tornam-se desnecessárias e não serão toleradas" — afirmou o prefeito.

DIÁRIO POPULAR, 25/05/89

FONTE:MUPE.

Passados tantos anos, a busca por habitações em Curitiba não cessa. Prova disso é o que registra a pesquisadora:

> O ano de 2008 fechou com a ação violenta de reintegração de posse no bairro do Campo Comprido. Em 24 de outubro foram desalojadas 1.500 famílias (cerca de 6 mil pessoas) que ocuparam a área em setembro do mesmo ano, terreno de propriedade particular da Varuna Empreendimentos Imobiliários. (TONELLA, 2010, p.249).

No dia 15 de janeiro de 2016, o site da cidade de Curitiba noticiou que o prefeito em gestão, Gustavo Fruet, assinou um decreto que possibilitou aos moradores o reconhecimento da Vila Xapinhal, após 27 anos, por meio da escritura dos terrenos. No dia 29 de fevereiro do mesmo ano, o prefeito fez a entrega das primeiras escrituras:

> A moradora da Vila Xapinhal Veronica KuoiInki, de 50 anos, não desgrudou da pasta que recebeu das mãos do prefeito, contendo a escritura de sua casa. "Esperei por esse momento por mais de 25 anos. Fiz parte do primeiro grupo que chegou na área e estou muito feliz em participar do evento", conta com alegria.

FOTOGRAFIA5 – ENTREGA DE ESCRITURAS – VILA XAPINHAL

FONTE: Agência de Notícias – PMC (2016). Foto: Gabriel Rosa (SMCS).

O que registramos anteriormente é um pouco da história guardada nos documentos do acervo do MUPE. Não constitui intenção desta pesquisa escrever a história da ocupação da região do Sítio Cercado, mas, sim, por meio dos registros disponíveis, mostrar os diferentes documentos que compõem o acervo do MUPE, tais como fotos, recortes de jornais, folhetos, anotações manuscritas, fichas. São justamente esses documentos digitalizados que podem, em nosso entendimento, compor a trabalho em sala de aula, especialmente no ensino de História do terceiro ano (Ciclo II).

2.2A CRIAÇÃO DO MUSEU DE PERIFERIA – MUPE

Tomando a perspectiva da ocupação dessa região, um grupo de moradores manifestou a preocupação de que essa história fosse contada para as gerações futuras. Com esse objetivo, iniciou uma ação no sentido de coletar na comunidade materiais que pudessem contar esses acontecimentos, além de dar também à população jovem um local de expressão cultural.

Segundo o blog do MUPE[9], a sua missão é

> [...] ser um Museu Comunitário que reflita o meio no qual está inserido, contemplando, nos processos museais, os costumes, a arte, a cultura, a tradição, os valores, os rituais, as crenças, o cotidiano e as diversas manifestações artísticas da Periferia. (MUPE).

[9]Disponível em: <https://mupesitiocercado.wordpress.com/>. Acesso em: 17 maio 2017

As atividades do MUPE iniciaram em 2009, com o incentivo e orientação dos próprios moradores. A partir desse interesse, foi oferecida a oficina *Museu, memória e cidadania*, em parceria com o Instituto Brasileiro de Museus –Ibram/MinC. O MUPE realizou sua primeira exposição (dezembro de 2011), que recebeu o título de *Memórias e sonhos do Sítio Cercado: a luta por moradia e o desenvolvimento do Sítio Cercado*. (AnexoII–Fôlder MUPE)

Na página da internet do Instituto Brasileiro de Museus –Ibram, responsável pela Política Nacional dos Museus, encontramos primeiramente a definição do que seria museu para esse órgão:

> Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. (IBRAM, 2018).

A atitude desse grupo de moradores, além de ser reconhecida pelos seus pares, foi noticiada na imprensa da cidade de Curitiba, como é possível perceber no fragmento a seguir:

> A memória de Dona Lúcia, moradora da Vila Xapinhal, conta parte da história do bairro, na região do Sítio Cercado, que foi formado a partir de uma ocupação irregular no ano de 1988. O depoimento dela é uma das curiosidades que podem ser vistas no Museu de Periferia (Mupe), inaugurado há pouco mais de uma semana em Curitiba, e que retrata a trajetória do bairro e de um problema que continua atingindo cidades de diversos portes: a luta por moradia. (Gazeta do Povo, 23/12/2011).

Por se tratar de uma iniciativa comunitária, as diversas ações para a concretização do museu foram pensadas e organizadas pelas pessoas interessadas em preservar uma história que está guardada na memória e em artefatos dos moradores.

Na literatura sobre Arquivologia, encontramos como referência as produções da pesquisadora Dra Ana Maria de Almeida Camargo[10].

Na contribuição para a escrita desse trabalho, além das reflexões feitas em suas aulas presenciais, destacamos a obra[11]*Centros de memória: uma proposta de*

[10] Professora do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Seus trabalhos são voltados à Arquivística e à documentação.

[11] O livro *Centros de memórias: uma proposta de definição (2015)* está dividido em cinco capítulos, a saber: *O mundo mudou; As lógicas contemporâneas; Entram em cena os documentos; Os centros de memória hoje;* e *Desafios*.

definição como ponto para a compreensão sobre os centros de memória. A pesquisadora enfatiza a diferença entre as instituições que possuem custódia de documentos: os arquivos municipais, estaduais ou federais, bibliotecas/centro de documentação e os museus.

Temos ciência de que os arquivos são frutos das atividades de pessoas jurídicas e físicas e vão sendo construídos sem serem pensados para esse fim. A entidade que os acumula é a que fornece ao seu público o interesse por tais documentos. Somente os arquivos de interesse social e com valor permanente, independentemente de quem os originou, é que passam à guarda/custódia de entidades abertas ao público.

Camargo e Goulart (2015) assim resumem: “Em outras palavras: alçados à categoria de patrimônio histórico, os arquivos partilham com as demais entidades uma função cultural”. (p. 24)

Por meio da leitura das obras sobre questões da Arquivologia, compreendemos a forma de se referir aos documentos/objetos angariados pelo MUPE para constituir o seu acervo:

> Os documentos de museu originam-se de criação artística ou da civilização material de uma comunidade. Testemunham uma época ou atividade, servindo para informar visualmente, segundo a função educativa, cientifica ou de entretenimento que tipifica essa espécie de instituição. A característica desses documentos é serem tridimensionais, isto é, serem objetos. Têm os mais variados tipos, naturezas, formas e dimensões. (BELLOTTO, 2006, p. 37)

De modo particular, o acervo do museu foi sendo constituído pelos documentos e/ou registros que as pessoas guardavam em casa, como um registro ou arquivo pessoal. Entendemos aqui como arquivo pessoal o que a pesquisadora Ana Maria Camargo coloca:

> [...] âmbito dos documentos efetivamente acumulados por indivíduos, a parcelas especificas do arquivo: àquelas que não resultam do exercício de funções públicas e àquelas representadas por documentos identitários. (CAMARGO, 2009, p.28)

Essa explicitação nos remete ao entendimento, segundo a literatura da Arquivologia, do que seria documento. Tomaremos a ideia de Duranti referenciada por Bellotto:

> [...] o que é documento a partir da definição de documentos arquivísticos. Este último é "todo documento criado por uma pessoa física ou jurídica no decorrer das atividades práticas como instrumento ou subproduto dessas atividades", e documento é "informação registrada". (DURANTI apud BELLOTTO, 2006, p.50).

Contribuindo para o uso das expressões *documento* ou *documento arquivístico*, a seguinte argumentação de Bellotto é elucidativa:

> [...] cumpre registrar que não defendemos a supressão de "documentos de arquivo" em favor de "documentos arquivísticos". No nosso entendimento, **ambos estão corretos**; apenas consideramos o segundo mais preciso na identificação do objeto da arquivologia". (BELLOTTO,2006, p. 144 – **grifo nosso)**.

Segundo informações dos coordenadores do museu, os documentos foram recolhidos a partir de ações comunitárias, que ficaram conhecidos como Café na comunidade ou Rodas de memória.

Nessas oportunidades as pessoas se reuniam para levar documentos ou mesmo contar histórias e/ou experiências que viveram enquanto moradores do bairro. Bellotto observa que "[...] os documentos de arquivo são produzidos por uma entidade pública ou privada ou por uma família ou pessoa no transcurso das funções que justificam sua existência". (2006, p.37)

Entre as atividades que aconteceram por ocasião da fundação do museu, temos as entrevistas e os depoimentos sobre a história do bairro.

Entre os depoimentos registrados, destacamos:

> Sou moradora do Sambaqui. A gente vem de uma longa história de luta pela moradia e o Sítio Cercado é um bairro que nasceu de luta por moradia. O que eu mais gostaria de frisar aqui é a importância desse museu pra nós, o MUPE, porque eu sei que cada vila do Sítio Cercado, ela tem a sua história, e infelizmente a nossa história fica adormecida e a mídia conta uma outra história, que não é a nossa história. (Luci Otazia Ribeiro Valente[12], moradora do Sambaqui).

> A gente é moradora de lá há 30 anos. A dificuldade que nós tivemos quando entramos na nossa Vila. Naquele tempo era uma vila isolada, era considerada uma área mais rural. Não tinha nada, não tinha benfeitoria nenhuma, não tinha nem ônibus. Quando chovia no Rio Padilha, derrubava a ponte a gente ficava lá isolada. Não tinha rua, cada um abria a sua rua. Melhorou depois que teve essa ocupação. O Campo Cerrado, aqui onde entraram muitas famílias. A pressão do povo começou a ajudar a gente a conseguir as coisas. A gente começou a brigar junto, e dizem que a união é força, daí foi em 1990 que teve a ocupação do Campo Cerrado e em 91 a de 23 de agosto. Daí veio um monte de gente e ajudou a gente a melhorar a

[12]Depoimento disponível no blog do MUPE: <https://mupesitiocercado.wordpress.com/>. Acesso em: 28 set. 2016.

> vida. O Bairro Novo foi feito por causa destas duas ocupações, a do Campo Cerrado e a de 23 de agosto. Os que chegaram primeiro sofreram demais. Não tinha água, não tinha luz, não tinha nada. (Arlinda Messias dos Santos[13]. moradora do Osternack*)*.

Os depoimentos são registros de uma história que oficialmente não está documentada. A história do bairro Sítio Cercado, entre outros aspectos, é marcada pela luta por moradia e melhores condições de vida. Tais depoimentos vêm sendo guardados por meio dos vídeos. Vale registrar que foram feitas e continuam acontecendo entrevistas com moradores antigos.

Além dos depoimentos, os moradores entregavam à coordenação do museu registros documentais sobre a história da ocupação do bairro, e esses documentos é que, gradativamente, estão assumindo o lugar de acervo documental do MUPE. Ressaltamos que a organização do arquivo do museu foi realizada pelos integrantes desse espaço cultural e a guarda dos documentos está sob a responsabilidade dele.

Com isso, o responsável em dar uma organicidade aos documentos recebidos foi um jovem historiador: Wagner Tauschek[14], ligado tanto ao movimento social quanto à região. Por ocasião das primeiras movimentações em torno do museu, ele se dispôs a fazer esse trabalho, pois era o coordenador técnico. Coube também a ele organizar uma espécie de inventário dos documentos. Esse inventário consistiu em uma descrição dos materiais recebidos, bem como no conteúdo das pastas do acervo. (Inventário em anexo)

Nesse percurso da vontade de contar a história e reunir documentos, vale destacar as ideias de Bellotto quando afirma que:

> A história não se faz com documentos que nasceram para ser 'históricos', nem com autógrafos de grandes figuras, nem com documentos isolados que signifiquem o ponto final de algum ato administrativo, e sim, ademais de outras fontes, com a "papelada" gerada pelo cotidiano do administrador. (2006, p. 114).

Enfatizamos que a organização do acervo e a sua guarda foi, e é, da responsabilidade das pessoas diretamente envolvidas com aquela comunidade onde

---

[13]Depoimento disponível no blog do MUPE: <https://mupesitiocercado.wordpress.com/>. Acesso em: 28 set. 2016.

[14]Wagner Tauscheck era formado em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Faleceu em 07 de maio de 2014. Foi candidato a vereador pelo PSOL em 2012 e foi nesse período que iniciou sua militância no Museu de Periferia do Sítio Cercado, bairro em que residiu desde sua infância. Foi lá que uniu sua paixão pela militância e pela História, com projetos de construção da memória. (Disponível em: <http://www.insurgencia.org/wagner-tauscheck-presente/>. Acesso em: 07 maio 2018).

o MUPE está inserido. Diante de sua história, “negligenciada” pelos órgãos e documentos oficiais, tiveram a iniciativa de apropriar-se dessa história e compartilhá-la com todos, na forma de um blog.

> Os arquivos não são mera reunião de documentos, à maneira de coleção: são conjuntos formados por documentos produzidos, recebidos e, enfim, acumulados por determinadas entidades – sejam elas instituições ou pessoas – ao longo de sua trajetória de existência, e intimamente associados às práticas e relacionamentos por tais entidades. Todo arquivo, como conjunto documental, informa, antes de tudo, acerca da própria entidade que produziu e reuniu tais documentos, o que não deveria ser esquecido por nenhum pesquisador que se debruça sobre documentos de arquivo. (GONÇALVES apud KOYAMA, 2015, p. 119).

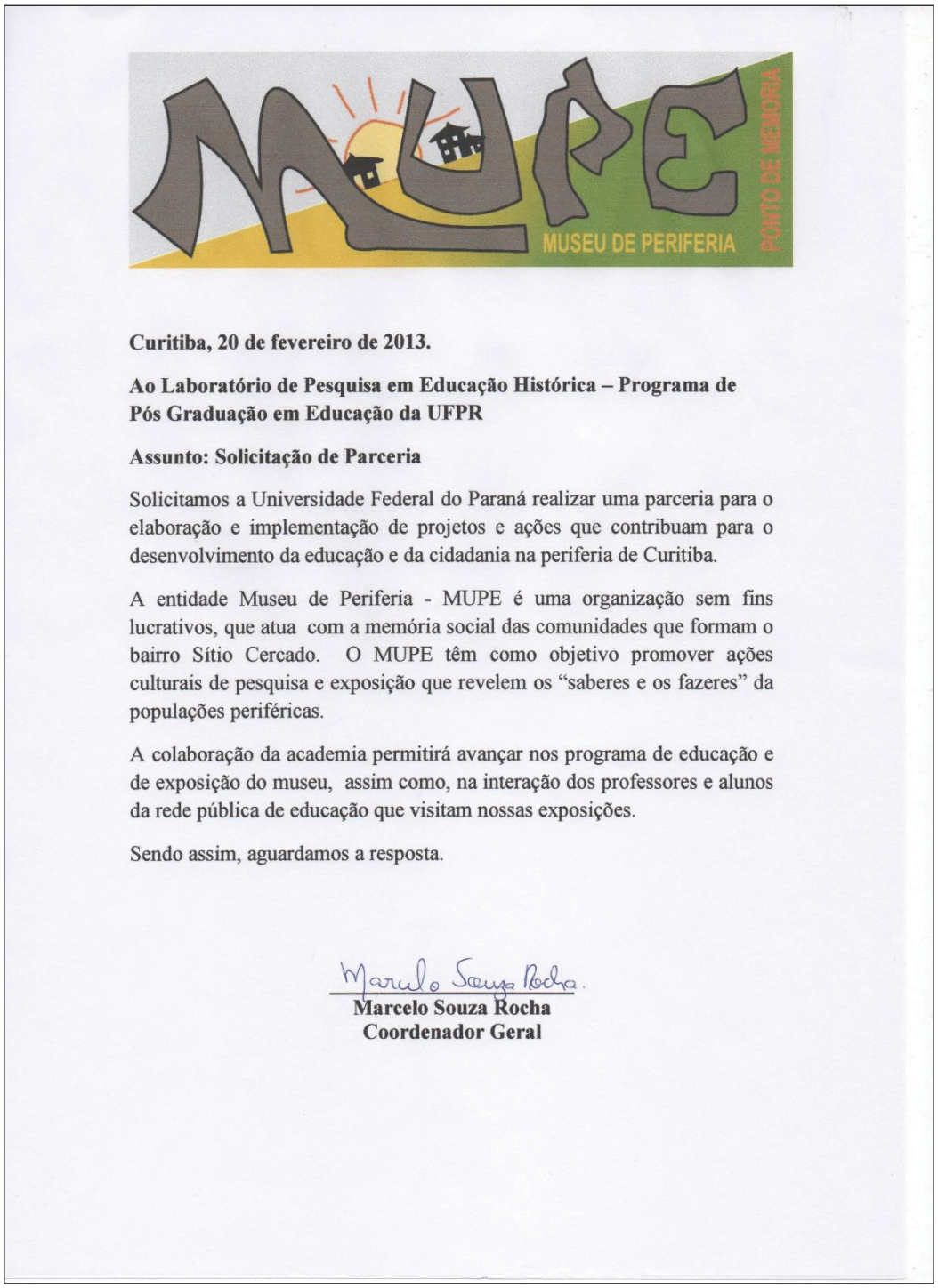
Em 2013 a situação de acondicionamento do acervo documental do MUPE era assim:

FOTOGRAFIA6 – ACERVO DO MUPE, 2013

FONTE: MUPE. Foto: Ciciro Back.

Ainda em 2013 foi proposta uma parceria entre a Universidade Federal do Paraná, por meio do Laboratório de Pesquisa em Educação Histórica – LAPEDUH, e o MUPE, para a elaboração e implementação de projetos que contribuíssem com a expansão do museu na comunidade.

FIGURA 4 – SOLICITAÇÃO DE PARCERIA ENTRE O LAPEDUH E O MUPE



MUPE
MUSEU DE PERIFERIA
PONTO DE MEMÓRIA

Curitiba, 20 de fevereiro de 2013.

Ao Laboratório de Pesquisa em Educação Histórica – Programa de Pós Graduação em Educação da UFPR

Assunto: Solicitação de Parceria

Solicitamos a Universidade Federal do Paraná realizar uma parceria para o elaboração e implementação de projetos e ações que contribuam para o desenvolvimento da educação e da cidadania na periferia de Curitiba.

A entidade Museu de Periferia - MUPE é uma organização sem fins lucrativos, que atua com a memória social das comunidades que formam o bairro Sítio Cercado. O MUPE têm como objetivo promover ações culturais de pesquisa e exposição que revelem os "saberes e os fazeres" da populações periféricas.

A colaboração da academia permitirá avançar nos programa de educação e de exposição do museu, assim como, na interação dos professores e alunos da rede pública de educação que visitam nossas exposições.

Sendo assim, aguardamos a resposta.

Marcelo Souza Rocha.

Marcelo Souza Rocha
Coordenador Geral

FONTE: MUPE.

No mesmo ano, a Professora Dra Maria Auxiliadora Moreira dos Santos Schmidt, vinculada ao Departamento de Teoria e Prática de Ensino e coordenadora do Laboratório de Pesquisa em Educação Histórica da Universidade Federal do Paraná, propôs um projeto de Extensão Universitária com o título: *Contando*

histórias de nossa gente: Museu de Periferia e Educação Histórica. O projeto teve início em 2013, com término previsto para 2015.

Entre as frentes de trabalho desse projeto, constava a digitalização dos documentos, com o objetivo de preservação do acervo, vislumbrando que, futuramente, os documentos pudessem ser disponibilizados à sociedade por meio da internet. Esse serviço que foi iniciado por bolsistas do projeto vinculados à própria comunidade.

Em dezembro de 2015, a continuidade da digitalização desse acervo foi assumida pela pesquisadora deste trabalho. A metodologia que vem norteando a digitalização do acervo respeita a organização prévia dos documentos, ou seja, considera a organização que os próprios coordenadores do museu realizaram.

Com o conhecimento adquirido através da disciplina Introdução à Arquivologia, na USP, e por meio das leituras sobre essa área, percebemos a ausência total de trato arquivístico para com esses documentos.

Com essa realidade, emprestamos da Arquivologia a expressão *princípio da santidade*, explicando:

> Essa 'santidade' não seria propriamente a ordem física que os documentos tinham no arquivo corrente e, sim, o respeito à originalidade, isto é, a observância do fluxo orgânico com que foram produzidos e não propriamente dos detalhes ordenatórios de seu primeiro arquivamento. (BELLOTTO,2006, p.131).

Compreendemos que a situação estrutural do MUPE, como a ausência de um espaço físico, a carência de verbas para manutenção de pessoas, a falta de profissionais adequados e de uma equipe interdisciplinar de apoio, colabora para que os documentos do arquivo não tenham um tratamento adequado.

Quanto à continuidade da digitalização dos documentos, não podemos ignorar a expressão usada por Ana Maria Camargo, *digitalização selvagem*, que traduz o processo de digitalizar mecanicamente os documentos. Essa é a ação que estamos realizando, ou seja, digitalizando os documentos de acordo com a organização disponibilizada pelo Museu.

Compreendemos, por meio da literatura e das aulas de Introdução à Arquivologia, que caberá a um profissional da Arquivística dar outro tipo de tratamento a esse acervo documental. A intenção desta pesquisa é mostrar o potencial desses documentos em estado digital para o uso em sala de aula.

3 UM DEBATE SOBRE ARQUIVOS E EDUCAÇÃO

O presente capítulo pontua reflexões iniciais sobre documentos de arquivo e seu uso em sala de aula a partir das produções acadêmicas de pesquisadoras[15] da área. Ressaltando o que foi apresentado na Introdução deste trabalho, que são as ausências em nosso processo de formação, nossa intenção é registrar um debate sobre o tema arquivos a partir de autoras brasileiras – como elas discorrem sobre os arquivos e a sua forma de organização, respeitando sua trajetória e opção pelo debate.

Nessa direção, o referencial que ampara as reflexões que seguem são produções dedicadas ao tema da Arquivologia e seus desdobramentos, de acordo com as escolhas das pesquisadoras.

Entendemos oportuno iniciar nossas reflexões sobre a ideia de arquivo, isto é, como o debate e produção sobre arquivos constam na literatura atual.

Os estudos sobre o tema nos ajudaram a pensar o que são os arquivos e a composição de um campo interessante e permeado de desdobramentos, a Arquivologia. Temos consciência de que são diversos os pesquisadores que discorrem sobre o tema, mas fizemos a escolha pelos mais citados em trabalhos acadêmicos e também pelo que se aproximam das discussões pretendidas neste trabalho.

No decorrer deste capítulo, em especial, queremos mostrar um pouco do debate sobre arquivos e alguns de seus desdobramentos. Também buscamos registrar apontamentos de natureza teórica sobre o significado da aproximação entre os arquivos e a Educação. Para tanto, o registro que segue é fruto de leituras e discussões a partir de obras, em sua grande parte fruto de pesquisas.

Gostaríamos de salientar que a leitura e sistematização foram feitas a partir das pesquisas aqui mencionadas. Trata-se de apreciações primárias dessas obras, que foram interpretadas a partir da nossa formação inicial, na tentativa de imergir nessas reflexões.

[15]Reconhecemos a existência de autores que assumem o debate em torno da ideia de arquivos e temáticas relacionadas. No entanto, no universo pesquisado, encontramos as publicações das autoras que serão referência para a construção deste capítulo.

3.1 O CAMPO DA ARQUIVOLOGIA

Parece-nos quase que natural ou necessário tentar definir esse campo como uma tentativa de localização das discussões. Iniciamos destacando o trabalho de Clarissa Moreira dos Santos Schmidt, que, por meio da obra *A construção do objeto científico na trajetória histórico-epistemológica da Arquivologia* (2015), discute e identifica o objeto científico da Arquivologia. Na consistência teórica dos capítulos, a pesquisadora mostra que houve modificações no objeto de trabalho dos arquivistas, mas que isso necessariamente não mudou o seu objeto científico. Reflete, igualmente, sobre a possibilidade de diálogos entre a Arquivologia e outros campos do saber.

Schmidt levanta a possibilidade de entendimento da Arquivologia sob um novo olhar, em que não somente os métodos e práticas e o estatuto cientifico dessa área guiem as suas ações, assumindo que isso não é suficiente para a atualidade, porque, com o cenário das novas tecnologias, torna-se difícil a gestão de documentos.

Essa ideia pode ser contemplada quando a pesquisadora afirma: “Mesmo que o suporte documental já tenha passado por diversas transformações ao longo da história da humanidade, pela primeira vez ele deixa de ser palpável, materializado [...]”. (SCHMIDT,2015, p.18).

Reconhece a autora, em seu texto, que o acesso aos documentos de arquivo é objetivo da Arquivologia e que a sua função inicial é comprovar as atividades que deram origem a ele. Dessa forma, somente os arquivistas, através dos mecanismos necessários e confiáveis, podem legitimar o documento do arquivo.

Schmidt (2015) aprofunda essa ideia ao afirmar que “[...] todo o processo histórico de desenvolvimento da Arquivologia está inserido e é resultado da constante interação entre o *saber* e o *fazer*” (2015, p. 20).

Adentrar a especificidade do campo da Arquivologia remete, por certo, à indagação em torno do que são documentos. Qual a compreensão que podemos ter acerca deles?

As discussões sistematizadas por vários (as) pesquisadores(as) são pautadas, em sua maioria, nas reflexões dos autores da Arquivologia, como por exemplo o livro *O documento arquivístico ante a realidade digital: uma revisão conceitual necessária* (2013), escrito por Rosely Curi Rondinelli, que registra

importantes descobertas por meio de projetos internacionais. Também apresenta um diálogo interdisciplinar com outras experiências e elabora quadros de sistematização que trazem o pensamento de diferentes autores em diferentes épocas sobre o tema.

Seu livro aborda, entre outros elementos, as indagações sobre documento e informação; variações conceituais a partir da Ciência da Informação e da Arquivologia. Pontua também as questões sobre a Diplomática e a Arquivologia, destacando os marcos teóricos da Arquivologia nas relações históricas entre essa área de conhecimento e a Diplomática. Discorre sobre a Arquivística fazendo apontamentos esclarecedores e trazendo o percurso do *Manual da Arquivologia* com conceitos sobre o que é documento de arquivo e sua utilização, ideias da literatura clássica e contemporânea sobre o tema. Por fim, discute o conceito de documento arquivístico diante da realidade digital, quando trata do ambiente virtual na Arquivologia.

Rondinelli compila definições a partir de vários artefatos, afirmando que documento é:

> - "Unidade constituída pela informação (I) e seu suporte" (CAMARGO e BELLOTTO, 1996:28).
> - "Unidade de registro de informação, qualquer que seja o suporte ou o formato" (BRASIL, 2005:73).
> - "Uma unidade indivisível de informação constituída por uma mensagem fixada num suporte (registrada) com uma sintática estável. Um documento tem forma fixa e conteúdo estável" (DURANTI e PRESTON, 2008:811).
> - "I. Qualquer trabalho escrito ou impresso (...). – 2. Informação ou dado fixado em um suporte. – 3. Informação ou dado fixado em um suporte o qual não faz parte do documento oficial (...). – 4. Um trabalho escrito ou impresso de natureza legal ou oficial que pode ser usado como evidência ou prova" (PEARCE-MOSES, 2005).
> - "Informação registrada ou objeto que pode ser tratado como uma unidade" (ARMA INTERNATIONAL, 2009).
> - "Informação registrada independentemente do suporte e características" (InternationalCouncilofArchives, 2010). (RONDINELLI, 2013, p. 51).

Essa obra contribuiu com a reflexão que considera os termos inerentes ao campo da Arquivística, pois a autora elucida a convergência entre diferentes ciências para a interpretação do conceito de documento.

> Por meio da funcionalidade o documento detém as funções de ensino e aprendizagem, registro e comunicação da informação, testemunho de fatos e de ações, numa noção mais coerente com a etimologia e a semântica do termo documento. (RONDINELLI, 2013, p. 53).

A partir dessas convergências foi possível, em nossa pesquisa, fazer uso da palavra *documento* com mais segurança e entender que, ao nos referirmos aos documentos do MUPE, levamos em conta o conjunto de documentos guardados por esse museu como *documentos de arquivo em estado digital*.

A essa ideia acrescentamos a reflexão de Rondinelli:

> [...] podemos identificar na materialidade um ponto de convergência entre a ciência da informação e a arquivologia no que diz respeito ao conceito de documento. Outro ponto convergencial entre as duas áreas seria a funcionalidade. (RONDINELLI, 2013, p. 53).

A continuidade na leitura nos proporcionou, também, uma visão sobre a ideia de ambiente virtual, pois a autora colabora com tais discussões quando afirma que a novidade "ambiente virtual" vai além da peculiaridade do suporte, assim como esclarece que todo documento digital é eletrônico, mas nem todo documento eletrônico é digital. Amparada nas ponderações da Câmara Técnica de Documentos, Rondinelli destaca a definição para o que seria um documento digital: "[...] documento digital é um documento codificado 'em dígitos binários, acessíveis e interpretáveis por meio de sistema computacional'" (CÂMARA TÉCNICA DE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS apud RONDINELLI, 2013, p.234).

Também pontua que, em relação aos documentos arquivísticos digitais, o suporte deixa de ser um dos elementos extrínsecos e passa a integrar seu contexto tecnológico, especificamente o *hardware*.

A autora dialoga com diferentes estudiosos, registrando uma significativa discussão acerca do objeto de estudo da Ciência da Informação e da Arquivologia. "Trata-se das características da materialidade e da funcionalidade presentes tanto nos conceitos de documento quanto nos de informação". (RONDINELLI, 2013, p. 102).

Vale destacar que Rondinelli cita o entendimento por parte de pesquisadores brasileiros em relação ao conceito de *informação* como um trinômio: dado-informação-conhecimento, acrescentando a questão da mensagem, ou seja, a informação nem sempre é compreendida por quem a recebe; para que possa ser geradora de conhecimento, é preciso que a mensagem seja clara e tenha argumentos.

O conceito de Diplomática também faz parte do aprendizado mais elaborado sobre as questões da Arquivologia, pois entendemos que, a partir da necessidade

de comprovar a autenticidade dos documentos, em virtude das "guerras diplomáticas"[16], foram sendo estabelecidos os termos e as regras para que os documentos possam ser considerados como autênticos.

Ao apresentar o conceito de *documento arquivístico*, a autora elucida que, em alguns países, assim como no Brasil, apenas se conceitua o termo *arquivo* e que termos como *documento de arquivo* ou *documento arquivístico* não são contemplados.

Rondinelli (2013) observa:

> Segundo o Dicionário de Terminologia Arquivística [...], arquivo é o conjunto de documentos que, independente da natureza do suporte, são reunidos por acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas. Já para o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística [...], arquivo é o conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independente da natureza do suporte. (p. 201).

A pesquisadora esclarece que "[...] os documentos arquivísticos surgem naturalmente no decorrer das atividades de uma pessoa física ou jurídica, como decorrência normal do ato de se registrarem suas atividades" (RONDINELLI, 2013, p. 226). Mesmo com esse conceito, é necessário considerar alguns protocolos de procedimentos arquivístico, tais como: a imparcialidade, a autenticidade, unicidade e naturalidade.

Outro conceito que é objeto de reflexão em nossa dissertação é o de *documento arquivístico digital*.

Entendemos a abrangência do ambiente digital e, para tentar conceituar *documento arquivístico digital,* temos em vista que, para esse ambiente, o conceito de documento não é padronizado como conhecemos, pois "[...] no mundo digital tudo é codificado sem linguagem binária e, para se tornar acessível aos olhos humanos, precisa da intermediação de programas computacionais igualmente codificados em bits [...]" (RONDINELLI, 2013, p. 230).

Para auxiliar no entendimento do que seria um documento arquivístico digital, reproduzimos o quadro elaborado pela autora:

[16]Expressão utilizada pela autora.

QUADRO 1 – DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO DIGITAL

- Características: forma fixa, conteúdo, estável, relação orgânica, contexto identificável, ação e cinco pessoas (autor, redator, destinatário, originador e produtor).
- Partes constituintes: forma documental, anotações contexto, suporte, atributos e componentes digitais.

FORMA DOCUMENTAL: elementos intrínsecos e extrínsecos

- Elementos intrínsecos: cinco pessoas (autor, redator, destinatário, originador e produtor), data cronológica, data típica, indicação e descrição da ação ou assunto e atestação;
- Elementos extrínsecos:

Apresentação geral texto, imagem, som, gráfico;
Apresentação específica: layout, cor, hiperlink, indicação de anexo;
Outros: assinatura digital; marcas d'água, logomarca, etc.
ANOTAÇÕES: indicação de propriedade (urgente), data e hora de envio e do recebimento, indicação de anexo, etc.
CONTEXTO: jurídico-administrativo, de proveniência, de procedimentos, documental e tecnológico (hardware, software e padrões).
SUPORTE: constitui o contexto tecnológico, mais especificamente na categoria de hardware.
ATRIBUTOS: nome do autor, do destinatário, formato, direitos autorais, etc. Obs.: na maioria das vezes os atributos encontram-se expressos em metadados.
COMPONENTES DIGITAIS: dados de forma, de conteúdo e de composição.

FONTE: Rondinelli (2013),p. 243.

A autora pontua que documentos digitais produzidos no decorrer de atividades desempenhadas por pessoas físicas ou jurídicas são documentos arquivísticos e devem ser submetidos aos procedimentos da gestão e preservação postos pela Arquivologia. Destaca ainda a necessidade de reforçar os laços interdisciplinares entre a Arquivologia, a Diplomática e a Ciência da Informação.

3.1.1A gestão de arquivos

Para além de definir ou conceituar os documentos e arquivos, a literatura contempla que é necessário pensar o ciclo dos documentos, isto é, o seu percurso de existência.

Heloisa Liberalli Bellotto, em seu livro *Arquivos permanentes: tratamento documental* (2006), aponta importantes contribuições para o entendimento de que a história se faz com uma diversidade de papéis que produzimos diariamente e que podem ser de caráter pessoal ou profissional.

A pesquisadora alerta sobre a importância das políticas de informação que os órgãos governamentais precisam ter em relação aos documentos, ou seja, os

documentos, após cumprirem seu papel administrativo, não são (ou não devem ser) descartáveis, pois podem servir como fonte para pesquisas históricas ou uma possível utilização jurídica.

Aborda também o significado da difusão editorial, cultural e educativa em arquivos, evidenciando em seu texto que os arquivos públicos existem com a função de recolher, custodiar, preservar e organizar fundos documentais, pois, em algumas instituições arquivísticas brasileiras, as atividades culturais têm sido palestras, debates e lançamentos de livros.

No que se refere aos arquivos públicos escolares, alerta a autora para os benefícios didáticos que uma possível abertura desses arquivos pode trazer para a Educação e futuras pesquisas.

No decorrer da pesquisa, a busca por aprofundamento ou conhecimento sobre os arquivos e as leituras realizadas revelaram a necessidade de esclarecer alguns conceitos para dar sentido a esse campo de aprendizado, como, por exemplo: o ciclo vital dos documentos e função arquivística. Com tais preocupações, foi possível compreender que, no percurso de um documento para tornar-se um documento arquivístico e para ser colocado à disposição de pesquisas, existem trâmites.

A autora chama a atenção para a produção dos documentos quando afirma:

> É preciso que os responsáveis pelas políticas de informação/documentação dos diferentes órgãos governamentais estejam cientes de que, uma vez cumprida a razão administrativa pela qual um documento foi criado, este não se torna automaticamente descartável. Sua utilização jurídica pela própria administração e/ou pela pesquisa histórica poderá ocorrer sempre. (BELLOTTO, 2006, p.27).

Com a informatização dos diferentes órgãos administrativos e com uma demanda contínua de produção de documentos, levantamos uma reflexão sobre a perda de documentos pelos mais variados motivos.

Propomo-nos a discutir sobre como ocorre, por exemplo, a apropriação de documentos públicos por meio de quem os produziu. É sabido que muitos cargos ocupados dentro das administrações diretas são exercidos por profissionais realocados de acordo com a necessidade. Nesse sentido, é comum que, quando muda uma administração, mude também o quadro de profissionais. Por consequência, em alguns casos, os materiais/projetos/documentos que ficavam sob a guarda de uma pessoa e que deveriam ser entregues para o seu substituto não

seguem esse percurso – isto é, nem sempre quem assume a função atribui importância a essa produção, descartando o que foi produzido ou, ainda, quem deveria fazer a entrega da documentação acaba levando consigo muitos desses documentos.

Em Bellotto (2006) encontramos o entendimento sobre a difusão editorial, cultural e educativa em arquivos. Essas três frentes são de grande importância para o meio arquivístico e também para a Educação, pois as publicações na área da Arquivologia trazem novos "olhares" para os locais de guarda de arquivos. As atividades culturais envolvendo os documentos geralmente são promoções, como palestras, debates, etc.

A autora também faz reflexões sobre o papel que os arquivos podem encontrar na área de Educação:

> No que concerne aos serviços de assistência educativa, o papel dos arquivos tem sido pouco explorado no Brasil, embora a Pedagogia brasileira venha sendo renovadora e progressista. Porém, nos modernos métodos didáticos não foram incluídos os usos possíveis da documentação de arquivo. (BELLOTTO, 2006, p. 230).

Com tal afirmação a autora nos possibilita acreditar na relevância acadêmica deste trabalho para o debate que considera a Educação e a Arquivologia, pois abre mais espaços para que educadores do primeiro segmento do Ensino Fundamental registrem suas incursões nessa temática.

Ainda no que se refere às atividades didáticas que podem ser feitas nos arquivos, Bellotto observa:

> O que falta é uma sistemática que promova a integração da função didática com a função arquivística. É preciso que a atividade educativa arquivística passe a constituir um elemento costumeiro, [...]. O arquivo pode fornecer recursos documentais de base não só ao ensino da história política e administrativa, mas de várias outras disciplinas das ciências biológicas, exatas, tecnológicas e, evidentemente, sociais, demonstrando suas atividades e concepções nos tempos idos. (BELLOTTO, 2006, p. 232-233).

Entendemos que será possível explicitar um pouco mais sobre tal ideia quando, na presente pesquisa, abordarmos o contexto do arquivo do MUPE. O fato de termos participado do processo de digitalização dos documentos desse arquivo nos mostrou as mais diversas possibilidades de fontes para uso nas mais variadas áreas do conhecimento.

De certa forma, a citação a seguir ilustra que o contato com fontes/documentos é possível, em diversas circunstâncias.

> A aproximação estudante-documento pode ser abordada por dois ângulos: o contato direto do aluno com as fontes primárias e a possibilidade de selecionar documentos para o ensino da história, dentro dos conteúdos programáticos escolares (BELLOTTO, 2006, p. 234).

No caso do espaço escolar, vemos que a aproximação dos alunos com os documentos de arquivos nesses moldes exige muito mais do que uma visita ao museu onde os documentos estão expostos: exige um planejamento mais elaborado, que proporcione às crianças e jovens conhecer a que se referem os documentos que podem ser observados.

Bellotto lembra ainda que, como fazemos parte de uma sociedade onde tudo é cultura, o trabalho educativo de arquivo precisa contar com a colaboração de outros espaços culturais e pedagógicos, como as bibliotecas, as universidades e os espaços culturais da própria cidade, "[...] tudo isso sem mencionar o mais próximo de todos: a própria escola". (BELLOTTO, 2006, p.239).

Considerando essas reflexões, trazemos para a presente pesquisa o entendimento de Forquin (1993) de que a escola possui seus próprios elementos, como seus horários, as suas regras, as suas formas de gerenciamento do tempo e de conteúdos. Com isso se caracteriza a cultura da escola. Lembramos que a cultura da escola não pode ser comparada com a cultura escolar, pois esta recebe a influência de outras entidades, que estabelecem critérios, normas e hábitos, que passam de geração para geração. Forquin (1993) aponta que os conteúdos ensinados são construídos ou selecionados ao longo dos anos pela sociedade, passados de geração a geração e, muitas vezes, mantidos nos currículos escolares, a partir da tradição ou mesmo a partir de interesse político. Mesmo sendo uma seleção social, esses conteúdos são afunilados pela escola, porque perpassam pelo entendimento que o professor possui sobre aquele determinado conteúdo. Por isso, a escolha do que vai ser ensinado e de como poderá ser ensinado é uma ação política, que influencia na construção do conhecimento social.

Voltando para as considerações sobre o livro *Arquivos permanentes: tratamento documental* (2006), Bellotto reforça nossa curiosidade ao tratar da caracterização e conceituação dos arquivos, mostrando a pertinência do estudo sobre o arquivo do MUPE, que é parte integrante desta pesquisa.

3.2 POSSÍVEIS APROXIMAÇÕES ENTRE ARQUIVOS E A EDUCAÇÃO

O que nos parece mais caro e necessário, desde que nos propusemos a fazer a pesquisa, é justamente nos debruçarmos sobre as aproximações entre arquivo e Educação.

Adriana Carvalho Koyama é, em nossa interpretação, uma das pesquisadoras que considera tais aproximações. No livro *Arquivos online: ação educativa no universo virtual*[17] (2015) é possível identificar a sistematização em torno da interpretação das experiências dos arquivos públicos *online* para o ensino de História.

A autora dedica-se a demonstrar que a preocupação em integrar os campos de saberes da Arquivologia e da Educação não é recente. Ela nos conta da experiência nos EUA e na Inglaterra, desde o início do século XX, e também mostra o crescente uso de documentos no ensino de História, o que tem atraído o interesse dos arquivistas, visando uma integração com as práticas escolares e seus objetos de trabalho, como uma valorização dos arquivos e de seu papel social.

Koyama disponibiliza diferentes endereços eletrônicos que citam algumas passagens de conteúdos da área de História, nas quais vários pesquisadores demonstram a preocupação com o ensinar a pensar historicamente, acentuando o protagonismo do aluno na aprendizagem.

Igualmente a autora discute a alta tecnologia a que estão expostas as memórias voluntárias e involuntárias que passaram a se entrelaçar às mídias – tudo isso faz parte da nossa sensibilidade. Destaca a expectativa de os documentos de arquivo online, digitalizados em suas leituras e usos, estimularem as narrativas mais abertas, mesmo entendendo que os sites são instáveis e mudam constantemente.

Na esteira das leituras realizadas, é possível localizar as pesquisas que consideram o trabalho com arquivos dentro do campo da História da Educação Brasileira. Elas evidenciam como a Educação foi se modificando ao longo dos anos e revelam a trajetória do processo educativo. Nessa direção, mencionamos um dos trabalhos de Teresa Jussara Luporini, que, por meio do artigo “Memória e fontes iconográficas: os desafios para a pesquisa em História da Educação” (2005) mostra

[17] O livro está dividido em quatro capítulos: “O tecido das relações entre arquivos e Educação”, “Arquivos e educação patrimonial”, “Arquivos e ensino de História” e, por fim, “Narrativas em rede e educação das sensibilidades”.

como os arquivos, em diversos formatos e lugares, podem contribuir com os estudos históricos relativos à Educação.

Pontua a pesquisadora:

> A crescente produção de registros que a revolução documental do mundo contemporâneo produziu demanda para arquivos e bibliotecas a utilização de procedimentos de catalogação e classificação cada vez mais sofisticados, contribuindo para o seu detalhamento de modo a permitir rápido acesso a materiais de pesquisa. Entretanto, essa perspectiva relacionada à referenciação e à localizaçãode documentos, além de criar ainda maior quantidade de materiais, exige o trabalho de profissionais qualificados e processos meticulosos, que oneram o labor cotidiano de equipes inteiras em termos de tempo e especialidade. (LUPORINI, 2005, p. 5).

Entendendo o avanço da tecnologia como um entre tantos aspectos carentes de investigação e considerando a quantidade de materiais produzidos pelos meios educacionais, a questão desafiadora é como pensar acerca da produção de documentos e de que maneira é possível guardá-los, para que essa fonte de pesquisa não se pulverize em meio a tantos outros documentos produzidos pela e para a escola, e igualmente essa fonte possa contribuir com futuras pesquisas.

A tecnologia influencia a forma/maneira como a sociedade produz os seus registros e os guarda. Essa interferência faz com que cada vez mais novos documentos sejam guardados ou arquivados em diferentes suportes, o que demanda distintas formas de arquivamento:

> [...] é que cópias dos documentos digitalizados são reféns da tecnologia do momento de sua digitalização, e para manterem o seu valor de acesso à informação precisam ser constantemente atualizados, ou seja, precisam migrar de mídia de maneira persistente e sistemática. (KOYAMA, 2015, p. 87*).*

O tema arquivo faz parte, em larga escala, das discussões do campo do conhecimento da Ciência da Informação. Alguns autores, como Koyama, assumem que “[...] os arquivos são instituições organizadas para a longa duração” (2015, p. 98), ou seja, nenhuma instituição idealiza um arquivo para que seja temporário, tendo em vista que os arquivos são pensados para a guarda de documentos e objetos que tenham recebido significação no local inserido.

A literatura contempla a palavra *arquivo* como aquele que não é formado por documentos escolhidos: os arquivos, nessa concepção, formam-se naturalmente,

pelo recebimento de documentos ou produção de documentos por parte de quem os cria.

Para Bellotto, os documentos de arquivos:

> [...] são os produzidos por uma entidade pública ou privada ou por uma família ou pessoa no transcurso das funções que justificam sua existência. [...] Surgem, pois, por motivos funcionais administrativos e legais. Tratam sobretudo de provar, de testemunhar alguma coisa. Sua apresentação pode ser manuscrita, impressa ou audiovisual [...] (BELLOTTO, 2006, p.37).

Geralmente é um arquivista que sugere como aqueles documentos precisam ser tratados, respeitando-se o seu "ciclo de vida". Nesse processo encontramos diferentes suportes de documentos, e uma prática para a manutenção do arquivo é a sua digitalização.

Segundo a Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos, documento digital é um documento codificado em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de sistema computacional.

A digitalização tem se difundido dentro do contexto institucional e, por vezes, é vista de maneira equivocada, ou seja, como a solução para todos os problemas de acesso. Em outra direção, uma dificuldade enfrentada em relação aos documentos em suporte digital é o valor, enquanto prova legal, pois há de se observar a legislação dos países, que gradativamente vem se adequando à nova realidade.

Vale a pena reproduzir o quadro de classificação dos documentos digitais, feito por Rondinelli (2013):

QUADRO 2– CLASSIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS DIGITAIS

1. DOCUMENTO DIGITAL ESTÁTICO
Não permite alteração na forma e no conteúdo além das determinadas pela tecnologia como abrir, fechar, diminuir, aumentar, etc. Exemplo: documentos com equivalentes em papel: carta em Word; recibo de compra on-line.
2. DOCUMENTO DIGITAL INTERATIVO
Permite alteração de forma e/ou conteúdo por meio de regras fixas ou variáveis.
2.1 DOCUMENTO DIGITAL NÃO DINÂMICO
As regras que gerenciam forma e conteúdo são fixas, e o conteúdo é selecionado a partir de dados armazenados no sistema. Exemplo: catálogos de venda on-line.

2.2 DOCUMENTO DIGITAL INTERATIVO DINÂMICO
As regras que gerenciam forma e conteúdo podem variar. Exemplo: serviços de previsão do tempo e de cotação de moedas, cujos conteúdos estão sempre mudando (sistemas de informação, e não documentos propriamente).

FONTE: Rondinelli (2013), p. 248.

Assim como Barbedo (2005), consideramos que "O arquivo digital é uma estrutura que compreende tecnologia, recursos humanos e um conjunto de políticas para incorporar, gerir e acessibilizar objetos digitais." (2005, p. 13).

Tendo como referência o uso das tecnologias para o ensino, é comum encontrarmos na internet *sites* com práticas educativas para jogos lógicos, exposições, etc. Mais recentemente, as conexões com as ações teórico-metodológicas apontam para um uso de documentos midiáticos: fotografias, jornais, revistas, músicas, filmes, documentos originais.

> A preservação da memória, portanto, a necessidade de uma educação que valorize o patrimônio documental e sua preservação pelos arquivos; o ensino de História, que busca o ensino-aprendizagem de competências cognitivas e/ou criação de conhecimentos históricos educacionais com a leitura de fontes documentais de arquivos; e a democratização do acesso virtual aos documentos de arquivo, que por sua vez, vincula-se ao discurso da eficiência de da transparência públicas, e a chamada educação tecnológica, que busca criar formas de utilização dos recursos das mídias eletrônicas no ensino formal, procurando formas de inserção institucional dos estudantes na rede mundial.(KOYAMA, 2015, p.22).

Existe hoje uma preocupação com as habilidades e competências que as crianças devem conquistar durante a sua vida escolar. Em torno dessa preocupação, exige-se da escola mudanças para que se possibilitem essas conquistas: o mundo moderno requer conhecimentos que antes não eram necessários e, assim, formar cidadãos significa torná-los capazes de compreender a sociedade e viver nela.

A escola é o espaço onde estão presentes todas as indagações. Forquin (1993) pontua:

> [...] escola é também um 'mundo social', que tem suas características de vida próprias, seus ritmos e seus ritos, sua linguagem, seu imaginário, seus modos próprios de regulação e transgressão, seu regime próprio de produção e de gestão de símbolos. (FORQUIN, 1993, p.167).

Contribuir com a formação da criança e do jovem hoje significa cooperar para que compreendam a dinâmica da sociedade e desenvolvam mecanismos de participação social. Educar não é simplesmente fazer com que memorizem várias informações, mas, sim, fazer com que possam compreender conceitos e (re) interpretá-los a partir da relação com a sua realidade, isto é, em nosso entender, fazer com que a criança ou o jovem seja capaz de estabelecer relações sobre a própria aprendizagem.

Nesse sentido, é fundamental que todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem estejam preparados para lidar com outros recursos pedagógicos, que não sejam apenas os conhecidos.

Há professores preocupados em buscar diferentes maneiras para contribuir com o seu aluno na busca de conhecimentos. Como afirma Koyama,

> Muitos arquivos têm, também, produzido seleções de documentos especialmente concebidos para uso educativo. Gradualmente, esses materiais têm se tornado digitais e suas propostas encontram-se hoje nos sites dos arquivos na internet. (KOYAMA, 2015, p.58).

Há um encontro possível entre a prática pedagógica e os arquivos digitais – não como mera ilustração, mas potencialmente por vê-los como uma fonte capaz de sensibilizar qualitativamente, pelo acesso a ilustrações, tabelas, fotos e tantos outros documentos, e sobretudo por entender os arquivos digitais como depositários de documentação capaz de revelar histórias não registradas nos materiais didáticos que chegam à escola.

O papel dos arquivos em ações educativas ainda é pouco explorado. É possível encontrar ações, por exemplo, que consideram a presença de arquivos como forma para ilustrar as narrativas do livro didático: “[...] muitas vezes com intervenções feitas nas imagens originais, com os mais diversos fins, pode ser vista em si, como uma forma de apropriação e ressignificação desses documentos [...]” (KOYAMA, 2015, p.61).

A presença ou uso de arquivos digitais, pela natureza que assumem, podem ser fontes capazes de revelar histórias de tantos homens e mulheres que não têm a sua história contada em manuais oficiais, mas que, por meio desses arquivos, podem contar ou desvelar histórias com sentido e significado no meio onde vivem. “[...] Como não é factível, ou mesmo razoável, digitalizar e publicar todo o acervo, a

pergunta o que digitalizar passa a depender das respostas de por que digitalizar e para que ou para quem". (KOYAMA, 2015, p.92).

A citação anterior provoca inquietações, que são retomadas no capítulo em que discutimos os documentos do MUPE, por nos remeter aos questionamentos de como e porque digitalizar esse acervo, de que maneira poderá ser disponibilizado e para quem seria destinado o acesso a esses documentos digitalizados.

A pesquisadora Koyama, que tem experiência nas áreas de Educação e de História, com ênfase em ensino de História, arquivos e ação educativa, dedica parte de seu livro ao arquivo e ensino de História. Pontua que a intenção dos professores, ao incentivar as crianças a interpretarem outros documentos que não sejam apenas os livros didáticos, já existe faz algum tempo. Em seu texto, coloca:

> O ensino de História com documentos, no Brasil, tem um marco nos anos 80, que se expressa na Proposta de Ensino de História da Cenp (SEE-SP) [...]. Surge como parte de uma renovação no Ensino de História, na ruptura com as práticas educacionais ligadas à Ditadura (1964-1985), e propõe, inspirada, sobretudo, pelos pressupostos teóricos e metodológicos de E.P. Thompson e de Paulo Freire, uma visão do aluno capaz de produzir conhecimento histórico [...]. (KOYAMA, 2015, p. 188).

Considerando os embates entre os pesquisadores quanto ao uso de outros documentos no ensino de História e percebendo a aproximação entre arquivos e escolas, buscamos, no capítulo intitulado "Arquivos e ensino de História", examinar essas contradições, na intenção de ampliar os espaços de produção de conhecimento. Koyama endossa esse propósito, lembrando o valor de "[...] uma aproximação dialogal de sujeito e objeto no ato de produção de conhecimento, na qual os sujeitos da aprendizagem se fortaleçam como produtores de saberes". (KOYAMA, 2015, p. 192).

Com isso a autora mostra a História como uma ciência em construção, não algo predeterminado e acabado.

Após vinte anos de incorporação nos currículos da proposta de aproximação do ensino de História com documentos de arquivos e patrimônio histórico, é necessário estudar como se deram as pesquisas voltadas para esse tema no contexto mundial. A autora ainda menciona que muitas tentativas de aproximação entre documentos históricos e a Educação podem ter caminhado para um treinamento cognitivo, mais do que para uma construção do saber histórico de fato.

Também aponta pesquisadores que estudam sobre a possibilidade de as crianças dominarem os processos cognitivos no ensino de História. Cita Peter Lee e Jörn Rüsen como os primeiros pesquisadores a defender a proposição em torno da compreensão do pensamento histórico. Nessa mesma linha, insere pesquisadores como “Benjamim, Thompson, Gay, Ginzburg e Vygotsky, em busca de outras possibilidades de produção do conhecimento histórico educacional, ampliadas, que divergem das possibilidades apontadas pelas leituras instrumentais [...]”. (KOYAMA, 2015, p. 245).

A autora explica que a evidência sobre o passado se destaca nos documentos arquivísticos. Segundo Koyama:

> Compreendemos, também, que a experiência de encontro com o passado é perpassada por nossas sensibilidades, inclusive por dimensões inconscientes, e que essa experiência é parte fundamental de nossa produção de conhecimento e de nossa leitura de mundo. (KOYAMA, 2015, p. 280).

As contribuições da pesquisa de Koyama convergem com os anseios em relação aos documentos de arquivos *online*, já que ela mostra preocupações com a fragmentação e a descontextualização desses documentos, com o tempo do homem moderno, que é, também, fragmentado, e com o que os currículos de História têm buscado para um pensar historicamente. Finaliza sua obra com algumas indagações bastante provocadoras: “Como significaremos esses registros e percursos?”(KOYAMA, 2015, p. 337).

4 O ARQUIVO E O CURRÍCULO PARA O ENSINO DE HISTÓRIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE CURITIBA: ALGUMAS APROXIMAÇÕES

Este capítulo tem por objetivo olhar o Currículo para o Ensino Fundamental – área de História – da Rede Municipal de Ensino da cidade de Curitiba à luz das reflexões sobre o arquivo e seus desdobramentos.

Não se trata de buscar elementos que se aproximam ou distanciam dos debates teóricos apresentados no capítulo anterior, mas de revelar como o trabalho que considera os arquivos como portadores de documentos pode fazer parte da prática em aulas dos anos iniciais do Ensino Fundamental, especialmente no ensino de História.

Assumimos essa etapa da pesquisa como uma aproximação de uma pesquisa documental por entender que

> As fontes documentais são muito mais numerosas e diversificadas, já que qualquer elemento portador de dados pode ser considerado documento. As fontes documentais clássicas são: os arquivos públicos e documentos oficiais, a imprensa e os arquivos provados (de igrejas, empresas, associações de classe, partidos políticos, sindicatos, associações científicas etc.). (GIL, 2017, p. 61).

Nessa direção, o *Currículo do Ensino Fundamental – 1º ao 9º ano – Volume V* (2016) é entendido como fonte para a presente pesquisa, pois revela uma forma de pensar a escola, os conteúdos, a avaliação, entre outros aspectos. Compreendemos que o documento não é um reflexo objetivo das práticas escolares, mas apresenta formas de pensar e de legitimar o que caracteriza cada momento – neste caso, na cidade de Curitiba.

Podemos dizer que o documento é uma "fonte visível" de um código disciplinar, na direção do que afirma Urban (2009) quando analisa o código disciplinar da didática da História. Observa a pesquisadora que, ao debruçar-se sobre objetos a serem investigados, eles "[...] podem ser percebidos por meio da legislação, dos documentos, dos currículos e dos manuais voltados à formação do professor. (URBAN, 2009, p. 30).

Com essa reflexão é que assumimos o Currículo (2016) como *texto visível*, isto é, como documento portador de um discurso que, de alguma forma, intenciona identificar ou orientar a prática de sala de aula. Por si só não pode ser definidor do

que acontece no espaço escolar, mas, em nosso entendimento, pode ser visto como normatizador, orientador, ou seja, um referencial que pode contribuir com o planejamento do professor e também em seu processo de formação continuada.

No que se refere ao ensino de História, cabe registrar que, nos últimos anos, há uma contínua oferta de cursos[18] para a formação de professores, tanto para os dos anos iniciais, os professores chamados de generalistas, como também para os professores que atuam no segundo segmento do fundamental da Rede Municipal de Curitiba, com formação na área de História. Tais cursos ocorrem de forma sistematizada e procuram abordar aspectos que fundamentam teórica e metodologicamente o ensino de História. A referência a tais cursos é justamente para apontar que eles são motivadores para as modificações e discussões presentes no Currículo (2016) e, por certo, na prática de professores da Rede Municipal de Ensino.

Também entendemos oportuno registrar a atual organização do sistema educacional na cidade de Curitiba, tendo em vista que, na sequência, faremos apontamentos considerando a estrutura das classes do Ensino Fundamental.

O Ensino Fundamental da Secretaria Municipal de Curitiba está assim organizado:

QUADRO 3 – ORGANIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CURITIBA

PRIMEIRO SEGMENTO: COMPOSTO POR 05 (CINCO) ANOS	**SEGUNDO SEGMENTO: COMPOSTO POR 04 (QUATRO) ANOS**
Ciclo I – Etapa Inicial, 1ª e 2ª etapas (1º, 2º e 3º anos) Ciclo II – 1ª e 2ª etapas (4º e 5º anos)	Ciclo III – 1ª e 2ª etapas (6º e 7º anos) Ciclo IV – 1ª e 2ª etapas (8º e 9º anos)

FONTE: Organizado pela pesquisadora.

[18]Os cursos são ofertados em parceria entre a Secretaria Municipal de Educação e o LAPEDUH (Laboratório de Pesquisa em Educação Histórica/UFPR). Para exemplificar, neste ano de 2018, está sendo ofertado o curso *Patrimônio histórico: a história do Paraná em museus – para os anos iniciais,* coordenado pela Professora Ana Claudia Urban,e o curso *Temas controversos da História e patrimônio: perspectiva da Educação Histórica para os professores do Fundamental II*, coordenado pela Professora Maria Auxiliadora Schmidt.

4.1 O CURRÍCULO DO ENSINO FUNDAMENTAL – 1º ao 9º ano – 2016

Na continuidade da pesquisa, registramos uma leitura e análise do documento publicado em 2016. Também foi intenção, nesta análise, identificar de que maneira o documento sugere, tanto em relação aos *conteúdos* como em relação à *metodologia*, possibilidades de trabalho com arquivos, particularmente com os documentos guardados no arquivo do Museu de Periferia do Sítio Cercado[19] (CURITIBA).

A versão atual, que substituiu a Diretriz de 2006, é intitulada Currículo do Ensino Fundamental, organizado em cinco volumes[20]:

Volume I – Princípios de Fundamentos

Volume II – Área de Linguagens

Volume III – Área de Matemática

Volume IV – Área de Ciências da Natureza

Volume V – Ciências Humanas – compreende História, Geografia, Ensino Religioso e Práticas de Educação Ambiental.

O citado currículo foi sistematizado na Gestão de 2013 a 2016. Nesse documento a organização do Ensino Fundamental foi mantida (ciclos).

No Volume I, "Princípios e fundamentos", é possível constatar uma linguagem identificada com a organização da escola associada a um projeto educacional que prevê a reparação das injustiças sociais e que possibilita a distribuição social e equitativa dos conhecimentos a todos (as) os (as) educandos (as), indicando ações de promoção, defesa, proteção, reparação de direitos humanos, bem como a prevenção e o enfrentamento de situações de violência contra crianças e adolescentes.

O Volume I apresenta indicativos que são os fundamentos que devem nortear o currículo. Assume que:

> [...] os conhecimentos socialmente construídos necessitam ser transformados em conhecimentos escolares a serem inseridos nas salas de aulas e nas escolas. Esse processo ocorre pela ação didática do professor, que transforma o conhecimento científico em conhecimento escolar. O trabalho do professor consiste ainda em mediar o processo de ensino-

[19]O segundo capítulo contempla, de forma mais sistemática, a história do MUPE e as características do seu acervo.

[20]Documentos disponíveis em: <http://www.educacao.curitiba.pr.gov.br/conteudo/curriculo-do-ensino-fundamental/8237>. Acesso em: 1º ago. 2017.

> aprendizagem através da utilização de estratégias didáticas diversificadas e diferenciadas. (CURITIBA, 2016, p. 10).

Quanto à organização dos conteúdos por ciclo, o Currículo mantém a seguinte estrutura: objetivos, conteúdos e critérios de ensino-aprendizagem.

> O Currículo do Ensino Fundamental foi produzido atendendo as nossas necessidades de uma maior definição dos conteúdos, objetivos de aprendizagem e critérios de avaliação a serem trabalhado sem cada ano do ciclo. Destacamos que a opção pelo trabalho com os conteúdos por ano se insere numa perspectiva integradora do conhecimento. A análise dos documentos curriculares precisa, portanto, compreender as relações entre as suas restrições e possibilidades de ação, ou seja, o que é viabilizado ou dificultado a partir deles. (CURITIBA, 2016, p. 11).

4.1.2 O Currículo do Ensino Fundamental: 1º ao 9º ano – História

O volume dedicado à História está dividido em dois momentos: o primeiro registra os pressupostos teórico-metodológicos que sustentam o ensino de História – são assumidos os fundamentos da Educação Histórica como balizadores para o ensino de História. O segundo momento apresenta um quadro com a organização para o ensino de História, considerando os **objetivos**, **os conteúdos** e os **critérios de ensino-aprendizagem** por ciclo e ano.

Posta essa informação, registramos nossa análise do documento na intenção de mostrar em que medida o texto curricular aproxima o trabalho com fontes históricas e também com o conteúdo presente nos documentos do MUPE.

Por meio dessa análise, identificamos que o texto defende o ensino de História pautado no diálogo sobre fontes históricas. O documento destaca a forma pela qual o ensino de História é assumido:

> Para que crianças e jovens aprendam história, é importante promover a compreensão do presente a partir da interpretação do passado. Considerando que só temos acesso ao passado a **partir dos vestígios encontrados no presente**, torna-se fundamental o trabalho com as fontes históricas e com as memórias no ensino de história. O conceito de fonte histórica ou documento é aqui entendido como os vestígios deixados pela humanidade, de forma voluntária ou involuntária, e que, no decorrer do século XX, passou a ser encarado como produto da sociedade que o fabricou [...]. Assim como **as fontes são imprescindíveis** ao historiador na sua busca por evidências para produzir o conhecimento histórico, os **documentos são fundamentais** ao trabalho em aulas de história. Os **documentos precisam ser problematizados** e transformados em evidências, a partir das questões das quais construímos nossos argumentos e opiniões (CURITIBA, Volume V, 2016, p. 5 – grifo nosso).

Em nosso entendimento, a citação anterior, mesmo que longa, se faz necessária, pois aponta de forma explícita o significado do trabalho com documentos no ensino de História. Tal afirmação concorre para que o currículo tenha em seus fundamentos os pressupostos do campo da Educação Histórica ao defender o trabalho com fontes, documentos em sala de aula.

Considerando tais reflexões, é possível destacar um aspecto que marca a metodologia do ensino de História, que é a relação presente/passado. Schmidt, em seu texto *O significado do passado na aprendizagem e na formação da consciência histórica de jovens alunos* (2011), aponta que:

> Tomar o passado como ponto de partida de aprendizagem histórica pressupõe uma ida ao passado por meio dos vestígios que dele encontramos no presente, pois esses vestígios fornecem a ponte para adentrarmos ao passado nele mesmo. [...] Nessa perspectiva ir ao passado pode ser considerado uma atividade de construção de pontes, a partir de fragmentos do passado que existem em um determinado presente e que tenha continuidade com partes do passado que sejam objetos de interesse, mas estariam desconectados do presente (SCHMIDT, 2011 apud CAINELLI; SCHMIDT, 2011, p. 83-84).

Também o texto do Currículo de História destaca, a partir da matriz da aula histórica[21], alguns pressupostos, como:

> [...] considerando os procedimentos adotados pelo historiador na produção do conhecimento histórico, o (a) professor(a) organiza metodologicamente a sua prática docente a partir do trabalho **com fontes históricas – primárias e secundárias,** problematizando-as e interpelando-as, permitindo às crianças e aos jovens interpretarem e problematizarem esses vestígios do passado à luz de sua vida prática no presente. (CURITIBA, 2016, p. 8 – grifo nosso).

A pesquisadora portuguesa Isabel Barca, citada no texto curricular, confirma a importância do trabalho com fontes quando defende ser necessário que "[...] os alunos experimentem procedimentos metodológicos que permitam seleccionar e interpretar fontes, tirar conclusões e avaliá-las por comparação" (BARCA, 2005, p. 15-16).

O texto do Currículo (2016) sistematiza o trabalho em eixos que intencionam articular os conteúdos. Nesse documento os eixos são: ***Cultura, Consciência Histórica*** e ***Identidades.***

[21]Esquema presente no texto do currículo. FONTE: Matriz Disciplinar de Jörn Rüsen (2001, p. 35). Adaptado por SCHMIDT, M. A., 2015. (CURITIBA, 2016, p. 7).

QUADRO 4 –DEMONSTRATIVO DOS EIXOS DO CURRÍCULO DE HISTÓRIA

EIXOS DE ARTICULAÇÃO[22]		
CULTURA	CONSCIÊNCIA HISTÓRICA	IDENTIDADES
• Compartilhamento de valores • Compartilhamento de comportamentos de determinado grupo social • Memória cultural • Arquivos como fonte documental	• Consciência do passado • Expectativa e projeto de futuro	• Diversidade cultural • Sentimento de identidade individual e coletiva
CIDADANIA HUMANISTA		

FONTE: Organizado pela pesquisadora.

Compreendemos a sistematização em torno dos eixos como uma forma de provocar uma espécie de rompimento com a ideia de um ensino de História pautado na memorização e na transmissão de informações.

Destacamos que, no eixo Cultura, há uma reflexão que aponta para a necessidade de considerar o próprio movimento da sociedade, dos grupos sociais, e a memória desses grupos, que, em diferentes lugares e tempos, passa a compor uma cultura mais ampla. Esta, por sua vez, agrega, soma com a cultura escolar – boa parte dessa história pode estar guardada em arquivos que muitas vezes são rejeitados ou esquecidos pela escola.

O conceito de consciência história é igualmente assumido na fundamentação teórico-metodológica do documento de 2016. Tal conceito é pautado nas contribuições de Jorn Rüsen, para quem a consciência histórica não se resume a conhecer o passado. A partir do estabelecimento da relação entre presente e passado, ela oferece elementos para que o conhecimento histórico possa auxiliar na compreensão do presente e orientar as ações na direção do futuro.

> A experiência histórica é a consciência de que as formas de vida do passado são diferentes das de hoje. Esta diferença deve ser reconhecida, e ao mesmo tempo, ligada com a ideia de uma mudança temporal. É a mudança do estranho em direção às formas de vida conhecidas. Os estudantes devem perceber, ao mesmo tempo, que as pessoas no passado

[22]O quadro foi construído pela pesquisadora a partir dos escritos do Currículo de História (2016) com a intenção de deixar visíveis os conceitos dos eixos articuladores, de que maneira eles estão interligados e para onde convergem.

> tinham conceitos diferentes sobre o que significava ser um ser humano. (RÜSEN, 2015, p.37).

Também é possível perceber no documento de 2016 que os fundamentos para o ensino de História são respaldados em pesquisadores (as) identificados (as) com o campo da Educação Histórica, tais como Isabel Barca, Rosi Teresinha Ferrarini Gevaerd, Maria Auxiliadora Schmidt, Marlene Rosa Cainelli. E também outros autores, que por certo fundamentam as discussões ao considerarem o trabalho com fontes e narrativa histórica, como Peter Lee.

O currículo apresenta de forma clara e fundamentada o trabalho com fontes, pois aponta para o uso de diferentes fontes, como filmes, fotografias, jornais, textos historiográficos. Admite que as crianças precisam interpretar tais fontes no diálogo com o conteúdo.

Também percebemos no documento uma fundamentação no que se refere à importância da interpretação histórica por meio com o trabalho com fontes, trazendo a explicação da "aula histórica"[23], que, entre seus pressupostos, pondera que toda criança e/ou jovem possui uma consciência histórica e que o professor, em sala de aula, deve considerar as carências e interesses das crianças ao trabalhar os conteúdos, aliando-os às fontes (primárias e secundárias) e assim oportunizando a interpretação dessas fontes. Também destaca o significado da produção, por parte das crianças e/ou jovens, por meio das narrativas, momento em que a criança poderá manifestar ou expressar a sua interpretação e/ou explicação sobre determinado conteúdo histórico.

Entendemos que, quando o documento aponta para esses procedimentos para o ensino de História, favorece o desenvolvimento de competências históricas e ilumina a ideia que valoriza e potencializa o trabalho com as fontes e documentos.

Vale destacar o que traz o documento sobre a questão:

> • interpretação de fontes – saber ler fontes diversas a partir de suportes diversos e que contenham mensagens diversas;
> • compreensão contextualizada – procurar entender as experiências humanas em diferentes tempos e em diferentes espaços;
> • comunicação – expressar a sua interpretação e compreensão das experiências humanas ao longo do tempo, utilizando a diversidade de meios de comunicação atualmente disponíveis (BARCA apud CURITIBA, 2016, p. 8).

[23]Para saber mais, ver Currículo de História, 2016, p. 7.

4.1.3 Sobre os objetivos, os conteúdos e os critérios de ensino-aprendizagem

Na sequência registramos um exercício de análise do item “Os objetivos, os conteúdos e os critérios de ensino-aprendizagem”, que buscou de forma objetiva: primeiro, o que, em nosso entendimento, dialoga com a ideia de arquivo. Para tanto procuramos recortar particularmente das indicações dos objetivos e dos conteúdos a aproximação com a ideia de fonte, de documento.

Num segundo momento olhamos para esse mesmo item buscando indicativos de conteúdos que pudessem ser trabalhados por meio de arquivos e/ou documentos presentes no arquivo do MUPE – isto é, conhecendo o teor dos documentos do arquivo do MUPE, buscamos uma interface entre o que o texto curricular aponta, especialmente como conteúdo a ser trabalhado, e o que os documentos revelam no que diz respeito à história da cidade de Curitiba. Optamos por destacar no texto tanto os aspectos relacionados à ideia de fonte como os conteúdos que podem ser potencializados nos documentos do MUPE.

QUADRO 5 – DEMONSTRATIVO DOS OBJETIVOS, CONTEÚDOS E CRITÉRIOS

Objetivo do ciclo I A constituição da identidade dos sujeitos nos diferentes grupos sociais, em diferentes tempos e espaços.		
1º ANO		
OBJETIVOS	**CONTEÚDOS**	**CRITÉRIOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM**
Inferir informações sobre si mesmo (a) e sobre outras crianças na sociedade contemporânea, **a partir de identificação de diferentes fontes.** .	**Diferentes fontes, como fotos, filmes, depoimentos orais (memórias), objetos sobre si mesmo(a) e de outras crianças**.	Conta/narra, de forma oral, por meio de desenho ou escrita, como ela é, quem são as diferentes crianças que vivem na sociedade contemporânea, a partir de diferentes fontes.

2º ANO		
OBJETIVOS	**CONTEÚDOS**	**CRITÉRIOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM**
Explicar a existência de diferentes modos de morar, brincar, estudar, alimentar-se, comunicar-se e locomover-se, dela e de outras crianças em diferentes tempos e espaços.	Diferentes modos de morar, brincar, estudar, alimentar-se, comunicar-se e locomover-se, em diferentes tempos e espaços, **a partir de diferentes fontes.**	Narra/conta como ela vive e como vivem outras crianças em diferentes tempos e espaços, em relação aos diferentes modos de morar, de brincar, estudar, alimentar-se, mostrando semelhanças e diferenças, a partir de diferentes fontes.
3º ANO		
OBJETIVOS	**CONTEÚDOS**	**CRITÉRIOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM**
Problematizar informações sobre a cidade de Curitiba, a partir do trabalho com diferentes fontes**.**	**Diferentes fontes, memórias** (depoimentos orais) e patrimônio sobre a cidade de Curitiba.	*Constrói questões relacionadas ao presente e passado da cidade de Curitiba, a partir de diferentes fontes e da memória (depoimentos orais). *Constrói narrativas, orais ou escritas, a partir das diferentes fontes, a respeito do patrimônio da cidade de Curitiba.
OBJETIVOS (*CONT. 3º ano)	**CONTEÚDOS**	**CRITÉRIOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM**
Explicar diferentes **momentos da ocupação e do povoamento da cidade de Curitiba, a partir do trabalho com diferentes fontes.**	**Ocupação e povoamento da cidade de Curitiba, a partir da problematização de diferentes fontes**: causas/motivos da vinda dos bandeirantes, dos negros e dos imigrantes	Produz narrativas, localizando temporalmente, como ocorreu a **ocupação e povoamento da cidade de Curitiba** a partir da vinda dos bandeirantes, utilizando informações de diferentes fontes. Produz narrativas, localizando temporalmente a ocupação e o povoamento da cidade de Curitiba, a partir da vinda dos negros, utilizando informações de diferentes fontes. Produz narrativas, localizando temporalmente a ocupação e o povoamento da cidade de Curitiba, a partir da vinda dos imigrantes, utilizando informações de diferentes fontes.

OBJETIVOS (*cont. 3º ano)	CONTEÚDOS	CRITÉRIOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM
Interpretar significados das ações dos diferentes grupos que construíram e constroem a ocupação e o povoamento da cidade de Curitiba.	Diferentes ações e diferentes modos de construir a cultura, a partir da diversidade dos grupos (povos originários, portugueses, africanos e imigrantes) que **fizeram e fazem parte da ocupação e do povoamento da cidade de Curitiba**, como o modo de vida, morar, alimentar, vestir, locomover, comunicar, brincar, etc.	Narra/conta a diversidade cultural da cidade de Curitiba como resultado das ações dos povos originários que constituíram e constituem a ocupação e povoamento da cidade de Curitiba, a partir de diferentes fontes. *Narra/conta a diversidade cultural da cidade de Curitiba como resultado das ações dos portugueses que constituíram e constituem a ocupação e o povoamento da cidade de Curitiba, a partir de diferentes fontes. • Narra/conta a diversidade cultural da cidade de Curitiba como resultado das ações dos africanos que constituíram e constituem a ocupação e o povoamento da cidade de Curitiba, a partir de diferentes fontes.

Objetivo do ciclo II A constituição histórica do Paraná no contexto brasileiro, em diferentes tempos e espaços.		
4º ANO		
OBJETIVOS	**CONTEÚDOS**	**CRITÉRIOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM**
Problematizar diferentes fontes históricas para construir questões que possibilitem relacionar a história do Paraná com a história do Brasil	**Diferentes fontes, memória e patrimônio sobre a história do Paraná** e do Brasil, como filmes, fotografias, jornais, revistas e textos historiográficos.	Problematiza e levanta hipóteses sobre a história do Paraná e do Brasil, a partir de diferentes fontes.
5º ANO		
OBJETIVOS	**CONTEÚDOS**	**CRITÉRIOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM**
Explicitar, relacionando o contexto histórico brasileiro com as causas que motivaram a ocupação e o povoamento do Paraná, a partir de diferentes fontes.	**Diferentes fontes, memória e patrimônio sobre a história do Paraná** e do Brasil, como filmes, fotografias, jornais, revistas e textos historiográficos.	Orienta-se temporalmente sobre o povoamento e a ocupação do Paraná, relacionando-os com episódios e acontecimentos da História do Brasil, a partir de diferentes fontes.

FONTE: Curitiba (2016).

Ao realizar a análise do Currículo conhecendo os documentos em estado digital do MUPE, é possível afirmar que existe a possibilidade de uso desses documentos em sala de aula, pois o texto curricular assume/direciona o trabalho para um diálogo metodológico que considera tanto a fonte (documento do MUPE) quanto o conteúdo que está registrado nesses documentos. Como esta pesquisa intencionou refletir sobre os documentos de arquivo (Museu de Periferia) e a sua relação com o ensino de História, podemos afirmar, após a análise do Currículo para o Ensino Fundamental (2016), que os documentos do acervo do MUPE se justificam no ensino de História nos anos iniciais sob duas perspectivas:

1.ª) Por meio dos **conteúdos** – que foram destacados anteriormente, especialmente no que se refere ao 3º ano.

2.ª) Por meio do **método de ensino**, isto é, o caminho pelo qual esses documentos podem chegar à sala de aula e, por consequência, serem utilizados pelos professores em suas aulas.

O Currículo de História assume os pressupostos da "aula histórica":

FIGURA 5 – ESQUEMA DA MATRIZ DA AULA HISTÓRICA

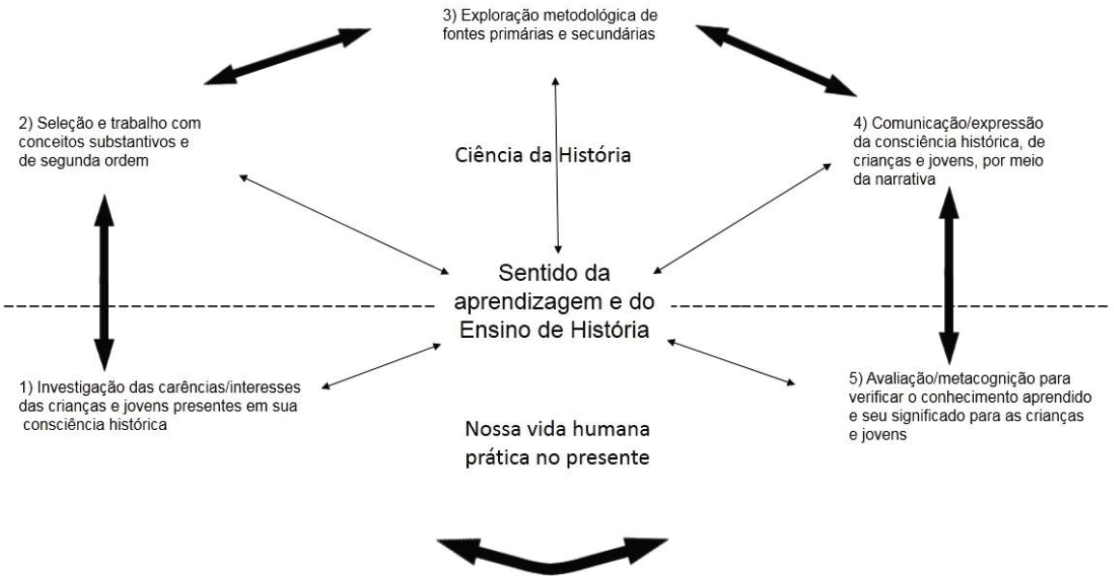


Figura 1 – Esquema da matriz da aula histórica.
FONTE: Matriz Disciplinar de Jörn Rüsen (2001, p. 35). Adaptado por SCHMIDT, M. A., 2015.

FONTE: Curitiba (2016), p. 7.

A proposta da matriz histórica considera, entre outros aspectos, o trabalho com fontes, favorecendo que crianças e jovens interpretem e problematizem "[...] os vestígios do passado à luz de sua vida prática no presente" (CURITIBA, 2016, p. 8).

No Capítulo 2 foram apresentados elementos sobre os documentos do MUPE. Por esse motivo, ao analisarmos o Currículo de 2016, buscamos identificar a possibilidade de aproximação de tais documentos de arquivo com os conteúdos escolhidos/registrados em diferentes anos da organização escolar. Nessa direção, podemos afirmar que tal diálogo é possível, justamente pelo fato de o texto curricular reconhecer os dois aspectos presentes na pesquisa:

Os **conteúdos presentes** nos documentos do MUPE, registrados no currículo, como, por exemplo: "Ocupação e povoamento da cidade de Curitiba, a partir da problematização de diferentes fontes" (CURITIBA, 2016, p. 19) e a **metodologia**, que assume o trabalho com documentos como "[...] interpretação de fontes – saber ler fontes diversas a partir de suportes diversos e que contenham mensagens diversas" (CURITIBA, 2016, p. 8), são apontados no texto:

> No processo de escolarização, é necessário que sejam oportunizadas situações em que as crianças e jovens estabeleçam relações entre as experiências dos sujeitos no tempo [...] saibam problematizar os registros do passado em diferentes documentos históricos, textos didáticos, patrimônio cultural – material e imaterial, memórias, entre outros, para transformá-los em evidências necessárias à construção de suas argumentações [...]. (CURITIBA, 2016, p.6).

4.2 AS POTENCIALIDADES DO ARQUIVO DO MUPE NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Percebemos que o currículo da Rede Municipal de Curitiba sugere uma aproximação ou possibilidade de trabalho em que os documentos do arquivo do MUPE podem ser explorados em sala de aula. Particularmente o terceiro ano (ciclo I) potencializa, de forma bastante clara, tanto o trabalho com documentos como o conteúdo "Ocupação e povoamento da cidade de Curitiba"[24], isto é, a história da ocupação e luta por moradia que marcou a região do Sítio Cercado marca a ocupação e povoamento de determinada região da cidade. Em outras palavras, esse conteúdo está presente nos documentos de arquivo do MUPE, que é a história de uma ocupação ocorrida na região do Sítio Cercado (bairro da região sul da cidade)

[24]Conteúdo do terceiro ano.

no final da década de 1980. O arquivo do MUPE é portador dessa história, contemplada no currículo da Rede Municipal de Curitiba.

Esses dois aspectos – documentos e a história da MUPE – são na verdade o ponto de encontro desta pesquisa, isto é, o conteúdo e a metodologia para o ensino de História nos anos iniciais. O arquivo do MUPE "conta" parte dessa história. O Currículo do Ensino Fundamental (2016) aponta que "A história da ocupação e povoamento da cidade de Curitiba" deve ser trabalhada em sala de aula. O desafio está posto.

Como pesquisadora, participamos também da continuidade do processo de digitalização dos documentos do acervo do MUPE. Essa atividade nos proporcionou conhecer boa parte dos documentos guardados pela comunidade local e, como professora dos anos iniciais, nos aventuramos a evidenciar algumas possibilidades que defendemos, isto é, mostrar como alguns documentos do MUPE podem ser relacionados com os conteúdos do Currículo já destacados, explorando os aspectos metodológicos explicitados na "aula histórica". Não se trata de um receituário, mas justamente de mostrar as possibilidades que tais documentos guardam. Por isso, em nosso entendimento, podem e devem estar presentes nas aulas de História, especialmente no 3º ano do Ensino Fundamental.

FIGURA 6 – APROXIMAÇÕES CURRICULARES ENTRE OS DOCUMENTOS DE ACERVO EM ESTADO DIGITAL DO MUPE E O CURRÍCULO DE HISTÓRIA DO ENSINO FUNDAMENTAL DE CURITIBA 1

DOCUMENTOS DE ACERVO EM ESTADO DIGITAL DO MUPE

Fonte: Acervo em Estado Digital do MUPE

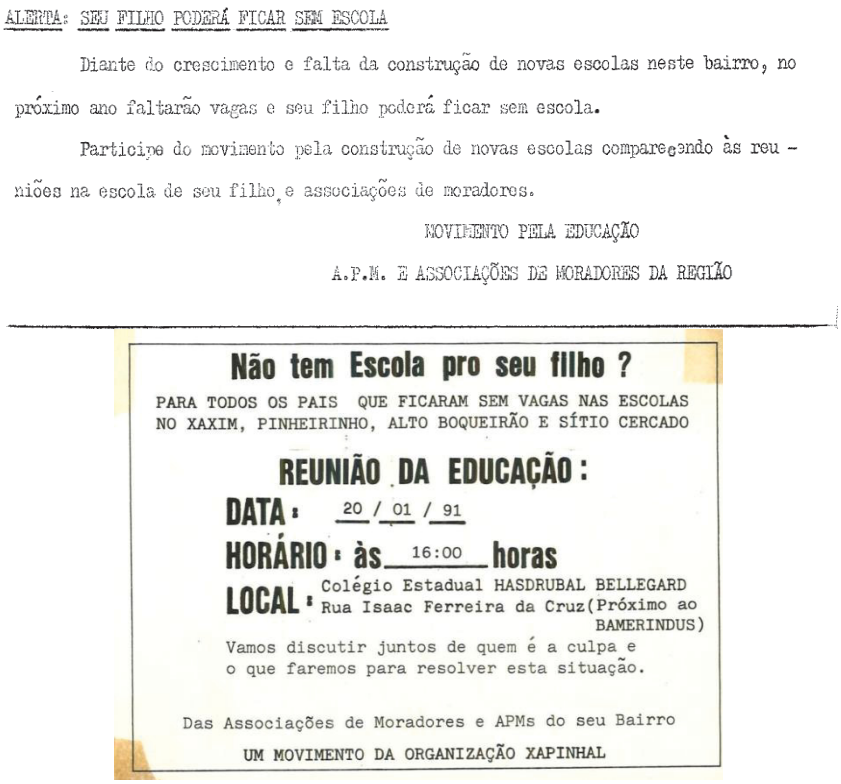
CONTEÚDO **1º ano ciclo I**
Diferentes fontes, como fotos, filmes, depoimentos orais (memórias), objetos sobre si mesmo (a) e de outras crianças.
METODOLOGIA
Inferir informações sobre si mesmo (a) e sobre outras crianças na sociedade contemporânea, a partir de identificação de diferentes fontes.

FONTE: Curitiba (2016).

Acreditamos que, por meio desse documento, seja possível ajudar as crianças a interpretarem a forma de vida de diferentes crianças, inicialmente com uma descrição, para que na sequência as crianças possam manifestar suas ideias sobre como viviam ou vivem as crianças na cidade de Curitiba.

FIGURA 7 – APROXIMAÇÕES CURRICULARES ENTRE OS DOCUMENTOS DE ACERVO EM ESTADO DIGITAL DO MUPE E O CURRÍCULO DE HISTÓRIA DO ENSINO FUNDAMENTAL DE CURITIBA 2

DOCUMENTOS DE ACERVO EM ESTADO DIGITAL DO MUPE



ALERTA: SEU FILHO PODERÁ FICAR SEM ESCOLA

Diante do crescimento e falta da construção de novas escolas neste bairro, no próximo ano faltarão vagas e seu filho poderá ficar sem escola.

Participe do movimento pela construção de novas escolas comparecendo às reuniões na escola de seu filho e associações de moradores.

MOVIMENTO PELA EDUCAÇÃO

A.P.M. E ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DA REGIÃO

Não tem Escola pro seu filho ?

PARA TODOS OS PAIS QUE FICARAM SEM VAGAS NAS ESCOLAS NO XAXIM, PINHEIRINHO, ALTO BOQUEIRÃO E SÍTIO CERCADO

REUNIÃO DA EDUCAÇÃO:

DATA: 20 / 01 / 91

HORÁRIO: às 16:00 horas

LOCAL: Colégio Estadual HASDRUBAL BELLEGARD
Rua Isaac Ferreira da Cruz(Próximo ao BAMERINDUS)

Vamos discutir juntos de quem é a culpa e o que faremos para resolver esta situação.

Das Associações de Moradores e APMs do seu Bairro

UM MOVIMENTO DA ORGANIZAÇÃO XAPINHAL

Fonte: Acervo em Estado Digital do MUPE

CONTEÚDO
2º ano ciclo I

Diferentes modos de morar, brincar, **estudar,** alimentar-se, comunicar-se e locomover-se, em diferentes tempos e espaços, a partir de diferentes fontes.

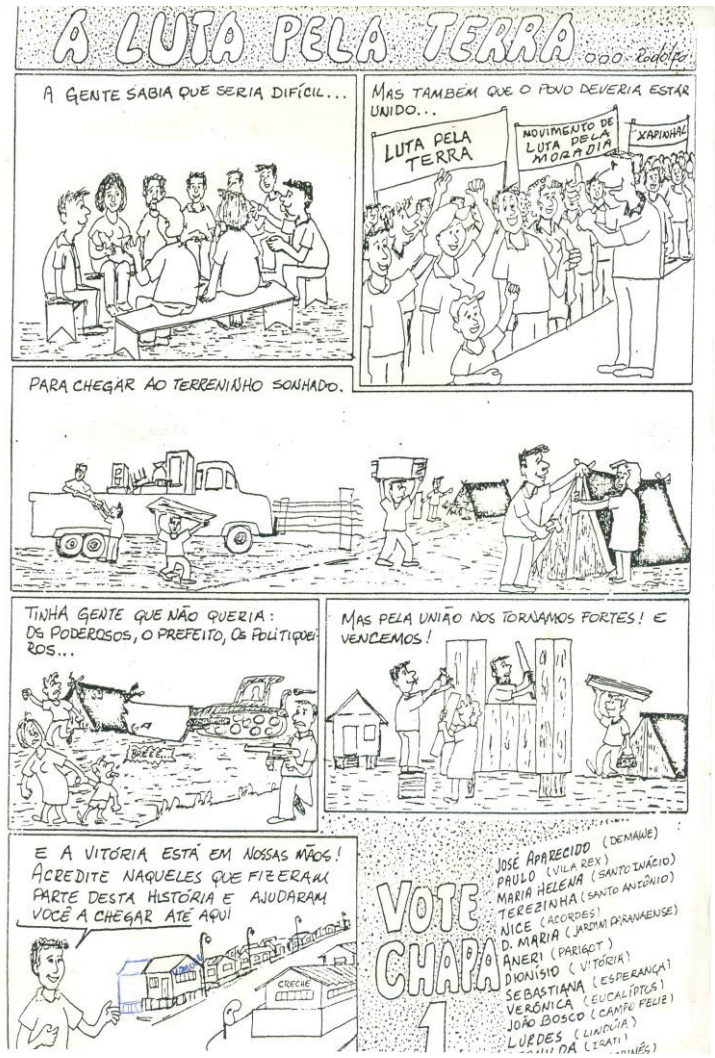
METODOLOGIA

Explicar a existência de diferentes modos de morar, brincar, **estudar**, alimentar-se, comunicar-se e locomover-se, dela e de outras crianças em diferentes tempos e espaços.

FONTE: Curitiba (2016).

Esse documento proporciona uma reflexão que considera a presença da escola na comunidade (o estudar). É interessante lançar para as crianças a questão do significado da escola para a região em que moram, argumentar sobre a necessidade de ter uma escola perto e lembrar que nem sempre as crianças que vivem hoje ou as crianças que viveram no passado puderam contar com uma escola perto de sua casa. Houve uma época em que as reivindicações eram mais recorrentes para a construção de novos espaços escolares.

FIGURA 8 – APROXIMAÇÕES CURRICULARES ENTRE OS DOCUMENTOS DE ACERVO EM ESTADO DIGITAL DO MUPE E O CURRÍCULO DE HISTÓRIA DO ENSINO FUNDAMENTAL DE CURITIBA 3

DOCUMENTOS DE ACERVO EM ESTADO DIGITAL DO MUPE

Fonte: Acervo em Estado Digital do MUPE
CONTEÚDO **3º ano do ciclo I**
Diferentes fontes, memórias (depoimentos orais) e patrimônio sobre a cidade de Curitiba
METODOLOGIA
Problematizar informações sobre a cidade de Curitiba, a partir do trabalho com diferentes fontes;

FONTE: Curitiba (2016).

O documento e os próximos na sequência favorecem o questionamento acerca do direito à moradia na cidade de Curitiba. Os documentos sugerem metodologicamente uma aproximação com um passado da cidade em que muitas pessoas lutaram de forma especifica pelo direito a ter uma casa, ou seja, o documento é portador de um registro sobre a história do povoamento de Curitiba. Os documentos também permitem, em nosso entendimento, a reflexão sobre outras histórias de migração e povoamento na cidade.

FIGURA 9 – APROXIMAÇÕES CURRICULARES ENTRE OS DOCUMENTOS DE ACERVO EM ESTADO DIGITAL DO MUPE E O CURRÍCULO DE HISTÓRIA DO ENSINO FUNDAMENTAL DE CURITIBA 4

DOCUMENTOS DE ACERVO EM ESTADO DIGITAL DO MUPE

Ao
Sr. José Carlos Martinez
Candidato ao Governo do Estado do Paraná

MOVIMENTO PELA MORADIA DO XAPINHAL

Diante da falta de uma Política Habitacional por parte do Poder Público a nível Nacional, Estadual e Municipal para o trabalhador de baixa renda, que prejudicado com as constantes perdas do poder aquisitivo' que atinge a maioria da população e com os constantes aumentos dos aluguêis tornou a situação insuportável.

O Movimento pela Moradia da Região do Xaxim, Pinheirinho, Alto Boqueirão e Sítio Cercado - XAPINHAL, preocupado com as constantes ocupações na Região e com o desespero das famílias que já não têm condições de pagar o aluguel, vem discutindo há 4 meses junto com as Associações' de Moradores da Região, o problema da Moradia.

Depois de várias discussões nas várias Associações e um Levantamento feito, no dia 18 deste mês fizemos uma Assembléia com mais de 2 mil' famílias que aprovaram a seguinte Proposta para ser encaminhada para os órgãos públicos:

Loteamento popular
- Com lotes urbanizados 10 X 25 m
- Pagamento de 20% do Salário Mínimo mensal
- Reajusté por equivalência salarial
- Tempo de pagamento de 10 anos
- Na Região do Xaxim, Pinheirinho, Alto Boqueirão e Sítio Cercado.

Queremos saber de Vossa Excelência qual é o compromisso que assumirá diante de nossa Proposta caso seja eleito?

Curitiba, 20 de novembro de 1990.

A COMISSÃO

Recebi, prático em anexo Antonio Roberto Recuero 322 3507 322 2977

Fonte: Arquivo em Estado Digital do MUPE

CONTEÚDO **3º ano do ciclo I**
Diferentes ações e diferentes modos de construir a cultura, a partir da diversidade dos grupos que **fizeram e fazem parte da ocupação e do povoamento dacidade de Curitiba.**
METODOLOGIA
Interpretar significados das ações dos diferentes grupos que construíram e constroem a ocupação e o povoamento da cidade de Curitiba.

FONTE: Curitiba (2016).

FIGURA 10 – APROXIMAÇÕES CURRICULARES ENTRE OS DOCUMENTOS DE ACERVO EM ESTADO DIGITAL DO MUPE E O CURRÍCULO DE HISTÓRIA DO ENSINO FUNDAMENTAL DE CURITIBA 5

DOCUMENTOS DE ACERVO EM ESTADO DIGITAL DO MUPE

O ESTADO DO PR
18 04 89

Ainda há muita precariedade, mas a situação melhorou nos últimos tempos.

Xapinhal faz 6 meses. Em impasse

Seis meses se passaram. E não houve comemoração festiva. Após pequenas mudanças, algumas melhorias na infra-estrutura e muita negociação sem solução, os acampados do Xapinhal (Xaxim, Pinheirinho e Boqueirão) aguardam com expectativa que a audiência com o governador em exercício Ary Queiroz, esperada para os próximos dias, retire a situação do impasse. "É o único meio que a gente está vendo, se não vamos levar o pessoal para a rua para se manifestar". Até hoje doze crianças e quatro adultos morreram no acampamento, segundo afirmou Joacir, vítimas da contaminação da água do local. Atualmente moram no acampamento 1.800 famílias divididas em oito grupos. Mais de 6 mil são crianças.

De acordo com Joacir, os acampados continuam a trégua pedida pelo prefeito Jaime Lerner que hoje retorna do Japão. Mas ele garantiu que a situação não pode durar muito tempo. Na conversa que deve ter com Ary Queiroz os ocupantes pretendem pedir a abertura de uma linha de crédito para a compra de área. Os invasores recusaram a proposta feita pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, de cobrar mensalmente de cada família NCz$ 42,00 para a venda dos lotes. A idéia dos moradores era destinar 10% do salário mínimo para a aquisição dos terrenos. "Do jeito que eles pediram só iríamos aguentar por três meses e ainda num sufoco danado", desabafou o coordenador de um dos grupos do acampamento. Pelos cálculos que disse ter feito, o pedido da SMDS superaria em oito vezes a proposta dos acampados.

No mural, recortes e informações.

O crescimento da uma vila

No último dia 8 o acampamento do Xapinhal completou seis meses de existência. Os velhos problemas ainda existem. O atendimento médico ainda é realizado em postos de saúde dos bairros próximos, grande parte das roupas e alimentos consumidos no local vem de doações, e a maioria dos acampados não dispõe de água encanada. Mas as melhorias também aconteceram. Os barracos de lona foram quase que totalmente transformados em construções de madeira e ainda ontem, em mutirão, os moradores iniciaram a construção de nove banheiros comunitários, cada um para atender a 32 famílias.

Nesse tempo todo o maior avanço foi em relação à união do grupo, contou Joacir. "Hoje nós temos uma unidade de todo acampamento de 100%", afirmou. Com isso os acampados estão ganhando ânimo para a melhoria do sistema de comunicação no Xapinhal. Joacir ainda contou que já se pensa na implantação de uma rádio popular no local. Os contatos para a obtenção de recursos (devem ser gastos perto de NCz$ 6 mil) estão sendo feitos, e a equipe de trabalho, de acordo com ele, está sendo formada dentro do próprio acampamento. Para cada grupo acampado existe também um mural com recortes e informes aos moradores. Do lado de fora do acampamento, também pode se ver que de tudo se faz para conquistar o direito à sobrevivência. Algumas vendas de doces, frutas e verduras foram montadas por alguns invasores. "Só não pode a exploração", explicou Joacir. Cada família paga mensalmente NCz$ 2,00 à organização do Xapinhal para as despesas básicas como luz e material de escritório.

Fonte: ACERVO em Estado Digital do MUPE

CONTEÚDO **3º ano do ciclo I**
Ocupação e povoamento da cidade de Curitiba, a partir da problematização de diferentes fontes.
METODOLOGIA
Explicar diferentes momentos da ocupação e do povoamento da cidade de Curitiba, a partir do trabalho com diferentes fontes.

FONTE: Curitiba (2016).

Os documentos em estado digital do MUPE, apresentados nesta pesquisa, são apenas uma amostra do que existe no acervo do museu. O nosso exercício em dialogar com os documentos e o currículo aponta para algumas das muitas de suas potencialidades, não apenas para o ensino de História, mas também para as outras áreas do conhecimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

> [...] é aproximado um momento em que devemos 'chegar ao fim'. Não um fim absoluto e conclusivo, mas sim um balanço e reflexão quanto aos resultados encontrados, visto que o processo de produção do conhecimento não cessa em nos provocar **indagações**. (SCHMIDT, 2015, p. 248).

Todo o movimento para sair do estado de paralisação em que muitas vezes nos encontramos causa reações em nosso entorno. Questionar as nossas certezas talvez seja o maior obstáculo para a saída da nossa zona de conforto e, como diz Marina Colasanti em um de seus escritos, "A gente se acostuma, eu sei, mas não devia".

Com esta pesquisa, supúnhamos estar fazendo um desafio para a nossa formação ao entrar na seara do ensino de História, mas não fazíamos ideia de que o desafio ainda maior seria aproximar o ensino de História de outra área: a Arquivologia e, ambas, com a prática do professor generalista em sala de aula.

Reconhecemos o significado da história das pessoas da região onde se localiza o Museu de Periferia – MUPE, uma história não identificada com a propaganda da cidade, uma história invisível, que se distanciada "história oficial" mostrada de muitas formas, inclusive por meio do turismo.

Temos ciência da presença de algumas produções[25] que circulam no meio escolar e registram uma parte ou um lugar da história da cidade. Muitos desses materiais assumem a proposta de construtores de uma parte da história da cidade, mas, por certo, não contam muitas "outras histórias" e, como consequência, há um desconhecimento de tantas e tantas outras histórias guardadas em tantos outros arquivos.

As fontes a que o professor muitas vezes tem acesso são as que estão disponíveis no site da Cidade do Conhecimento[26] ou aquelas indicadas para acesso pela internet. Temos consciência de que, para buscar outras fontes, é necessário que o professor seja orientado em hora-atividade garantida, no dia de permanência estável, com computador que tenha acesso à internet, e que essa seja compatível

[25]Citamos alguns exemplos, tais como as *Trilhas da cidade da gente*, produzidas pela Fundação Cultural de Curitiba, que abordam: o Setor Histórico, a Praça do Redentor, a Rua XV de Novembro, a Rua Barão do Rio Branco, o Centro Cívico, o Passeio Público, a Praça 19 de Dezembro. Material publicado em 2007 e distribuído para as escolas municipais. Cadernos Pedagógicos, 2006. Lições Curitibanas.

[26]Disponível em: <http://www.cidadedoconhecimento.org.br>.

com a necessidade, pois de nada adianta ter acesso à internet se, para baixar determinados arquivos, leva-se quase o tempo todo da hora-atividade ou da permanência. Esses pequenos “empecilhos” muitas vezes levam o professor a repetir ou fazer uso do que está mais fácil.

Acreditamos ser importante esclarecer ou reforçar o fato de que os profissionais que lecionam nos Ciclos I e II não possuem formação específica em História, Matemática, Geografia, Língua Portuguesa ou Artes – são chamados de *professores generalistas*, com formação em Pedagogia.

Por isso, cursos de formação continuada nas áreas do conhecimento tornam-se aliados para a compreensão das teorias e metodologias de cada especificidade. Geralmente, um enfoque em determinada área do conhecimento possibilita ao professor generalista articular as suas práticas com as teorias, oportunizando reflexões sobre as práticas diárias em sala de aula.

Diante da consternação que o nosso país vive em todas as instâncias e de posse das informações sobre o incêndio do prédio que alocava o Museu Nacional, na cidade do Rio de Janeiro, nos perguntamos: se um Museu com a importância nacional e internacional do Museu Nacional foi levado às cinzas pela ausência de verbas e interesse governamental, o que será do MUPE?

O MUPE é portador de uma história que dialoga com a educação popular, por proporcionar aos seus sujeitos um espaço de criação cultural e social, chamando a atenção na comunidade para o fato de que a sua história não pode cair no esquecimento e também mostrando potencialmente uma história para as demais regiões da cidade. Como coloca Varine:

> [...] a educação popular [...] deve ser, sobretudo a fonte de uma cultura comum construída a partir dos aportes de todos os membros da comunidade, agregando aportes externos destinados a facilitar a integração dessa comunidade em comunidades mais amplas, [...] (VARINE, 2002, p. 289).

Há uma dimensão social e popular na intenção do Museu. Em seu regimento está registrado como objetivo a “Promoção da conscientização da população para a necessidade de conservar a memória e cultura em geral”. Mesmo frente às intempéries que marcam iniciativas como essa, não há como negar o significado da história contada por meio dos documentos do MUPE. Não poderíamos, ao concluir esta pesquisa, deixar de registrar que a intencionalidade da criação desse museu,

associada à busca ou guarda de documentos que contam a sua história, é uma iniciativa ímpar, por vários motivos, porém em nosso entendimento, o mais nobre e louvável é o fato de ter sido uma iniciativa da própria comunidade. A história dos movimentos populares acaba que quase ausente, senão totalmente ausente dos currículos escolares, ou seja, é uma história não contata por meio da escola, principalmente nos anos iniciais da escolarização.

A possibilidade de entrada dos documentos do MUPE em aulas de História nas escolas municipais da cidade de Curitiba não é algo sinalizado de forma objetiva no texto curricular, pois ele não possui um discurso ou não assume uma vertente de "currículo popular". Porém o exercício de aproximar a história guardada nos documentos do MUPE dos objetivos e conteúdos preconizados no currículo de História da Rede Municipal de Curitiba revelou que é possível olhar esses e tantos outros documentos como fontes para o ensino de História. Essa parece uma afirmação simples. No entanto, frente à dinâmica presente nas escolas e também à forma pela qual os professores possam se relacionar com a história e o seu ensino, é uma constatação que pode não alterar outras práticas, mas por certo já alterou a nossa.

Nessa direção reafirmamos a importância da formação continuada, como um espaço capaz de mobilizar, mostrar essas e tantas outras possibilidades para o trabalho em sala de aula. Os documentos do acervo do MUPE, bem como a metodologia para o uso em sala de aula, podem ser objeto de cursos de formação continuada não somente para os professores que atuam na região do Sítio Cercado como também para os professores que atuam em classes do 3º ano, que, ao planejarem suas aulas sobre "Ocupação e povoamento da cidade de Curitiba a partir da problematização de diferentes fontes**",** possam vislumbrar o trabalho com fontes, isto é, os documentos de arquivo em estado digital do MUPE.

A partir das leituras, das reflexões e da análise de documentos foram sendo delineados os contornos desta pesquisa, que acabou por centrar-se no significado dos arquivos digitais para o ensino de História.

A preocupação anterior acabou por desencadear questões de investigação que intencionaram responder sobre a possibilidade de trabalho com arquivos digitais nas aulas de História, se eles podem interferir ou contribuir com prática escolar. E também a possibilidade de trabalhar em contexto escolar, particularmente no ensino de História dos anos iniciais do Ensino Fundamental, um saber histórico presente

em documentos guardados em suporte digital, especialmente com documentos do MUPE.

Considerando o percurso realizado, é possível apontar algumas reflexões, tais como:

O acesso a arquivos digitais pode estar presente em aulas de História, tendo em vista que, nesta era tecnológica em que vivemos, o seu formato é um facilitador. Tais documentos podem contribuir igualmente no sentido de impulsionar uma discussão de natureza metodológica, isto é, estimular reflexões no ensino de História que consideram a presença ou o trabalho com fontes históricas relacionados aos conteúdos a serem ensinados, como defendido pelos pressupostos da Educação Histórica, segundo os quais, além do conteúdo a ser ensinado, "[...] os alunos experimentem procedimentos metodológicos que permitam selecionar e interpretar fontes históricas, tirar conclusões a avaliá-las por comparação" (BARCA, 2005, p. 15-16). A pesquisadora também pondera que aprender História pressupõe "[...] saber 'ler' fontes históricas diversas – com suportes diversos, com mensagens diversas [...]" (BARCA, 2005, p. 16).

Outro aspecto a observar, no que se refere ao uso de documentos guardados em suporte digital, é que eles podem romper com uma tradição quanto à presença das mesmas fontes nas aulas de História, de certa forma, influenciadas pelo livro didático. A democratização do acesso a esses documentos pode aproximar-se do professor e, por consequência, de suas aulas. Temos ciência de que esse acesso precisa ser divulgado e garantido por meio da rede mundial. No entanto, é preciso insistir nesse debate, tão necessário para a escola.

Quanto à possibilidade de trabalhar em contexto escolar, particularmente no ensino de História dos anos iniciais do Ensino Fundamental, um saber histórico presente em documentos guardados em suporte digital, especialmente com documentos do MUPE, podemos inferir que o texto curricular não aponta de forma explícita, mas, sem dúvida, contribui para a problematização da história local, que muitas vezes é associada à história da fundação da cidade, ao desenvolvimento econômico, à chegada dos imigrantes. A história guardada nos documentos do MUPE pode mobilizar o conhecimento histórico sobre a cidade, sobre o bairro e sobre um fato que o marcou e também a história da moradia na cidade de Curitiba. Igualmente contam a história de pessoas "comuns", dos seus sonhos, das suas

dificuldades e a história de como um grupo de pessoas mobilizou o seu entorno e de alguma forma as autoridades da época.

É justamente essa história que os documentos do MUPE revelam, claro que não de forma didática, mas, considerando que há um método para se ensinar história, os referidos documentos “entram” na escola e colaboram com a aprendizagem histórica, pois as crianças e jovens poderão fazer perguntas a esses documentos, poderão interpretá-los, poderão criar hipóteses sobre uma história que não é revelada pela tradição do currículo escolar, mas que pode ser revelada pelas discussões que acontecem no interior da sala de aula.

Ao finalizar é preciso reiterar que as muitas histórias guardadas em arquivos comunitários, pessoais, familiares podem ser reveladas ao serem usados em sala de aula.

Não podemos deixar de mencionar, neste trabalho, que temos hoje a consciência de que a digitalização dos documentos do MUPE não é suficiente para sua preservação, tampouco para a sua disponibilização pela internet por meio do blog do museu. Sabemos que se trata de digitalização selvagem, como pontuamos no capítulo teórico, pois, tendo nos embrenhado na leitura das pesquisas em Arquivologia, não ignoramos a importância de um tratamento adequado a essa documentação para alocá-la em uma “nuvem” da internet.

Segundo a Arquivologia, há uma sequência de tratamento técnico documental para que esse acervo tenha credibilidade para as pesquisas feitas por meio da internet, de modo a não perder a sua originalidade nem a sua referência de origem. Essa organicidade que o MUPE precisa dar aos seus documentos é a lacuna que fica para o campo de pesquisa da Arquivologia. Esperamos que exista um pesquisador para realizar esse trabalho de forma voluntária, para que o mais rápido possível tenhamos acesso aberto a esses documentos.

REFERÊNCIAS

ARTIÈRES, P. Arquivar a própria vida. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 9-34, jul. 1998. ISSN 2178-1494. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2061/1200>. Acesso em: 01 maio 2017.

BARBEDO, F. Arquivos digitais: da origem à maturidade. **Cadernos BAD 2**. 2005.

BARCA, I. Educação Histórica: uma nova área de investigação. In: NETO, J. M. A. (Org.). **Dez anos de pesquisas em ensino de História**. Londrina: AtritoArt, 2005. p. 15-25.

BELLOTTO, H. L. **Arquivo**: estudos e reflexões. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

BELLOTTO, H. B. **Arquivos permanentes**: tratamento documental**.** 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CAMARGO, A. M. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro,** v. 45, n. 2, p. 26-39, jul./dez. 2009.

_____. Em busca de consenso. In: **Seminário Documentos Privados de Titulares de Cargos Públicos**, 2004, São Paulo. Documentos privados de interesse público: o acesso em questão. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2005. p. 181-189.

CAMARGO, A. M.; GOULART, S. **Centros de memória**: uma proposta de definição. São Paulo: Edições SESC, 2015.

CURITIBA. Agência de Notícias. **Prefeito entrega primeiras escrituras para famílias da Vila Xapinhal.**29 fev. 2016. Disponível em: <http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/prefeito-entrega-primeiras-escrituras-para-familias-da-vila-xapinhal/39030. Acesso em: 14 maio 2018.

_____. **Currículo do Ensino Fundamental** –1.º ao 9.º ano – Volume V. Curitiba, 2016.

_____. **Diretrizes Curriculares para a Educação Municipal de Curitiba**. Volume 1 – Princípios e Fundamentos. Curitiba, 2006.

_____. **Diretrizes Curriculares para a Educação Municipal de Curitiba**. Volume 3 – Ensino Fundamental. Curitiba, 2006.

FARGE, A. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

FORQUIN, J. C. **Escola e cultura**: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar.Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
GERMINARI, G. D. Arquivar a vida: uma possibilidade para o ensino de história. **Roteiro**, Joaçaba, v. 37, n. 1, p. 51-70, jan./jun. 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2017.

IBRAM. Instituto Brasileiro de Museus. Estatuto dos museus. **O que é museu**. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/os-museus/o-que-e-museu/>. Acesso em: 07 maio 2018.

IPPUC . Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba.**Nosso bairro**:Sítio Cercado. Curitiba: IPPUC, 2015. Disponivel em:<http://www.ippuc.org.br/nossobairro/anexos/65-Sitio%20Cercado.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2016.

_____.Disponivel em:<http://www.ippuc.org.br>. Acesso em: 22 jul. 2016.

KOYAMA, A. C. **Arquivos online**: ação educativa no universo virtual. Associação de Arquivistas de São Paulo. São Paulo, 2015.

LUPORINI, T. J. Memória e fontes iconográficas: os desafios para a pesquisa em História da Educação. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 5, n. 14, p. 147-175, 2005.

MEMÓRIA do bairro. Tribuna do Paraná, Curitiba, 13 jun. 2015. Disponível em: <http://cacadores.parana-online.com.br/sitio-cercado/memoria-do-bairro/>. Acesso em: 28 jul. 2016.

MUPE. Museu de PeriferiaBlog do MUPE. **Sítio Cercado**. Disponível em: <https://mupesitiocercado.wordpress.com/>. Acesso em: 22 jul. 2016.

RONDINELLI, R. C. **O documento arquivístico ante a realidade digital**: uma revisitação conceitual necessária. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

RUPP, i. Por uma cultura descentralizada. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 23 dez. 2011. Caderno G.

RÜSEN, J. **Humanismo e didática da História**. Curitiba: WA Editores, 2015.

SANTANA, E. Museu da Periferia revisita história do Sítio Cercado. Tribuna do **Paraná**, Curitiba, 11 out. 2012. Disponível em: <http://www.tribunapr.com.br/noticias/parana/museu-da-periferia-revisita-historia-do-sitio-cercado/>. Acesso em: 08 maio 2018.

SCHMIDT, C. M. S. **A construção do objeto científico na trajetória histórico-epistemológica da arquivologia**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2015.

SCHMIDT, M. A. O significado do passado na aprendizagem e na formação da consciência histórica de jovens alunos. In: CAINELLI, M.; SCHMIDT, M. A. (Orgs.). **Educação Histórica**: teoria e pesquisa. Ijuí: Editora Unijuí, 2011. p. 81-90.

SCHMIDT, M. A.; GARCIA, T. M. F. B. Divulgando um projeto político pedagógico: o significado do jornal Escola Aberta (Curitiba, 1984-1988). **Revista HISTEDBR**online, Campinas, n. 31, p.167-182, set. 2008.

TONELLA, C. O Movimento Popular por Moradia e a questão urbana em Curitiba (1986-1992). **Diálogos** - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, v. 9, n. 3, p. 79-96, 2005. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305526547013>.ISSN 1415-9945. Acesso em: 1º abr. 2018.

TONELLA, C. O. Duas décadas de ocupações urbanas em Curitiba. Quais são as opções de moradia para os trabalhadores pobres, afinal? Cad.Metrop.,São Paulo,12,n.23.p.239-262, jan./jun.2010.

URBAN, A. C. **Didática da História**: percursos de um código disciplinar no Brasil e na Espanha. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

VARINE, H. Patrimônio e educação popular. **Ciências&Letras**, Porto Alegre, n. 31,p. 287-296, jan./jun.2002.

ANEXO 1 –INVENTÁRIO DOS DOCUMENTOS E OBJETOS DO MUPE

Os materiais foram organizados pelos coordenadores do museu, no desenvolvimento da pesquisa feita pelo MUPE, em 2011. O acervo tem origem na associação Nossa Luta, no projeto Organização Xapinhal, com doações de documentos dos arquivos familiares dos moradores do bairro.

Modelos para a descrição do documento:

Lugar no arquivo: exemplo: o nome das pastas ou lugar onde o documento está. Se não tiver nome, fazer uma breve descrição do lugar, se é uma caixa, álbum ou coisa parecida;

Tipo: exemplo: se é jornal, foto, ata, etc.;

Quantidade: número de documentos;

Data: exemplo: dia mês e ano ou evento festivo próximo (festa junina, Natal, etc.);

Título ou organização: nome do texto ou informação textual em destaque, como nome do time de futebol ou autor do documento;

Questões relevantes: elementos que ajudem a responder a data ou o título de documento que não tem ou que podem ser usados para contar a história do bairro

Troféus:

39 peças, sendo que apenas 7 têm data e descrição do campeonato. O mais antigo é de 1985 e é de um campeonato "interno de truco" (antes da ocupação e associação) e os outros são do início dos anos 90. A maioria aparente é de campeonatos de futebol, com as seguintes descrições: 1. Torneio Bergonzini, segundo lugar, ano 1992; 2. Terceiro Campeonato Aberto Sítio Cercado, ano 1993. Nome Ap. Nereu Da Silva Farfalha; 3. Segundo Campeonato de Máster disciplina, ano 1994. Ap. Nereu Da Silva Farfalha. 4. Quarta Copa Bairro Novo, of. Decapertes, segundo lugar, dezembro de 1996. 5. Segunda Copa Bairro Novo torneio, quarto lugar, Associação U.B Novo. 6. ARBESC/95, terceiro lugar Máster 7. Primeira Copa do Bairro Novo, apoio Paulo Cordeiro, 2º lugar.

Fotos:

No total são 893 fotos e mais alguns "slides" em diferentes formatos, organizados da forma que segue:

São 16 fotos em um álbum de formatura de crianças novas, provavelmente da escola que funciona na associação, pois o evento é no salão. Não é possível definir a data, apenas que é próxima do Natal.

São 31 fotos em um álbum de formatura de crianças novas, provavelmente da escola que funcionava na associação, pois o evento é no salão. Ainda o chão tinha carpê, mas não é possível definir a data, apenas que é próxima do Natal.

São 24 fotos em um álbum de uma festa junina do centro de educação que funcionou na associação. Provavelmente do ano de 1994, pois esta data está presente em uma das fotos. 108 fotos de diferentes festas juninas fora do álbum, sendo algumas dessa mesma festa de 1994. Todas estavam em uma caixa única.

São 40 fotos em um álbum da formatura de crianças novas, provavelmente da escola que funciona na associação, realizados no salão. Ano de 1998 e próxima do Natal. No mesmo álbum de fotos tem a festa de 10 anos da nossa luta.

São 15 fotos em um álbum de um encontro, provavelmente em uma escola ou universidade. Esse encontro parece ser relacionado à igreja e ou aos movimentos sociais, pelas camisetas dos participantes. Sem data.

São 24 fotos em um álbum número um, organizado pelo Departamento Esportivo do Xapinhal Esporte Clube. O álbum conta com descrição das fotos e dos participantes do time Xapinhal Futebol Clube – esporte e luta. Com citações de valorização da ocupação e da luta política por mais direitos. Ano de 1992.

São 48 fotos em álbum, tipo 3X4, da 23 de agosto, de crianças. Com a descrição dos nomes. Sem data.

São 26 fotos do projeto Visão Mundial, fotos de atividades artísticas e esportes. Sem data.

São 19 fotos em álbum da Rádio Popular FM, que funcionou na Associação, em março de 1996.

São 4 fotos em um álbum do Segundo Encontro de Associações. Local Vila Victoria, data: 18/07/1997.

São 23 fotos em um álbum da visita da diretoria do Xapinhal na ocupação 23 de agosto. 4/06/1996. Algumas fotos são realmente incríveis esteticamente.

São 77 fotos em um álbum. São atos de rua e eventos. Reuniões do movimento Xapinhal com faixas do movimento e da Associação Jd. Maringá, algumas reuniões feitas no espaço da igreja ligada à C.E.B. Sem data.

São 107 fotos em álbum. São fotos bem diversas de reuniões e viagens com pouca descrição e apenas uma faixa da organização Xapinhal e algumas referências ao Lula, CUT e candidatos do PT.

São 60 fotos em um álbum da eleição da diretoria da organização Xapinhal e fotos com referência ao movimento sindical (CUT) e uma foto do Lula (pode de formato diferente). Fotos do bairro, com fotos do córrego e unidades de saúde.

São 24 fotos em um álbum do segundo encontro popular da região sul. 16/05/1999.

São 5 fotos em um álbum com fotos em Brasília.

São 10 fotos em um álbum de uma dispensa com alimentos de necessidade básica.

São 47 fotos da terceira romaria da terra de 1987. Ainda fotos da ocupação do Xapinhal. Na mesma sacola estão 47 fotos diversas em sem datas, sendo que em algumas aparecem faixas da associação de moradores do Xapinhal.

São 14 fotos em álbum de atos de rua, de novembro de 1985.

São 4 fotos diferentes entre si e sem data, sendo provavelmente da ocupação. Uma delas é de vários ônibus e tem uma boa qualidade.

São 120 fotos em um álbum de diferentes momentos, sendo algumas em preto e branco e outras coloridas. A única possibilidade de identificação da data das fotos é existência da primeira edição do jornal do Xapinhal.

Documentos escritos:

São aproximadamente 135 pastas organizadas em diferentes temas, que em sua maioria foram organizadas pela associação de moradores, pelo movimento Xapinhal e reorganizadas pela coordenação do MUPE durante a pesquisa no ano de 2011. Entre esses temas podemos destacar a existência: 1. jornais e informativos (PT, Associações de moradores, movimento por moradia, etc.). 2. Pastas são referentes aos projetos que ocorreram na associação de moradores (projeto Xapinhal, saúde no bairro, transporte no bairro e visão mundial). 3. Existem pastas referentes a uma escola e uma rádio que funcionou no espaço da associação NL, 4. Parte das pastas de documentos originais e atas da associação nossa luta. Nesse inventário o primeiro número é referente às pastas e o segundo número é referente às prateleiras, entre parênteses está a cor e o tamanho da pasta e em seguida o nome da pasta.

Pasta 05/04(amarela P): jornal informático Xapinhal- Sit:

Material da Organização Xapinhal, que era uma espécie de coordenação de lutas por moradia da região do Xaxim, Pinherinho, Alto Boqueirão e Sítio Cercado. Ano de 1997 e 1998.

Pasta 06/04 (verde P): Jornal Folha Popular:

Atas de reuniões, estatutos, regimentos, prestação de contas e informativos de funcionamento da cooperCom, cooperativa de comunicadores que organizava o jornal Folha Popular. Ano 1996.

Pasta 04/04 (amarela P): movimentos populares e organização:

Informativos e materiais das associações de moradores 23 de agosto e Parigot de Souza, além de matérias do movimento popular ligado à igreja nos anos 80, informativos de atos e eleições das associações e do movimento. Chamou a atenção um panfleto que chama para um ato contra o Collor e outros materiais de formação de lideranças da igreja. Maioria dos documentos são de 1988 a 1993.

02/04 (vermelha G): Movimentos Populares (1984/1997):

Informativos e cursos do centro de formação irmã Araújo, de diferentes datas, mas iniciando em 1987. Atas, jornais e materiais da Central de Movimentos Populares e do movimento para a sua fundação (1990-1997). Material do PT sobre movimentos populares. Informativos e charges da associação de moradores Parigot e 23 de Agosto. Informativo da Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM), 1991. Material do movimento de mulheres (MPMP, 1997. Convocatória do CECOMA, 1996. Fichas de Levantamento socioeconômico da 23 de agosto de 1994. Estatuto social da Associação de Abastecimento Comunitário Jardim Alto Tarumã, 1984 (existindo outros documentos sobre a questão do abastecimento de alimentos). Projeto do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social para a região do Ribeirão dos Padilhas, ano de 1987. Matérias da pastoral (GRB - grupo de reflexão do bairro e da comunidade), em especial da paróquia São Pedro Apóstolo, ano 1989. Material em solidariedade ao pastor WernerFuchs, ano 1987. Documento latino-americanista sobre a Bolívia, ano 1985 e 1987. Documento sobre a participação popular na Constituinte de 1988. Material sobre a ocupação do Incra pelo MST, em 1986. Ficha de inscrição de militantes e movimentos junto ao CEFURIA. Materiais da Comissão Pró Central de Movimentos Populares, 1990.

Pasta 03/04 (vermelha G) movimentação popular por moradia:

Material de um levantamento socioeconômico do Movimento Xapinhal do ano de 1987 e 1988. Informativos e materiais da Organização Xapinhal, mas também em menor número do Centro de Formação Irmã Araújo, Central de Movimentos Populares e outros grupos de atuação no movimento popular, dos anos de 1990 até 1998.

Pasta 01/ 04 (azul G) - documento e registro (1987/1999):

Materiais da Organização Xapinhal de planejamento, dos anos 90. Histórico da política de comunicação, escrito pela Celine de J. Anella (UEP), 1999. Materiais do "s.o.s vida" com as pautas gerais para os governos nacional e estadual. Documento com o levantamento das características da ocupação 23 de agosto, 1992. Outros materiais sobre a escola que funcionava na região, bem como mobilizações por mais escolas na região. Informativo de uma greve dos professores de 1986 e outro documento da APP regional sul contra o Requião. Jornal do Movimento de Associações de Bairro de Curitiba e Região Metropolitana (MAB), ano 1987. Materiais/panfletos do PT e MST. Material chamando para assembleia do CECOMA.

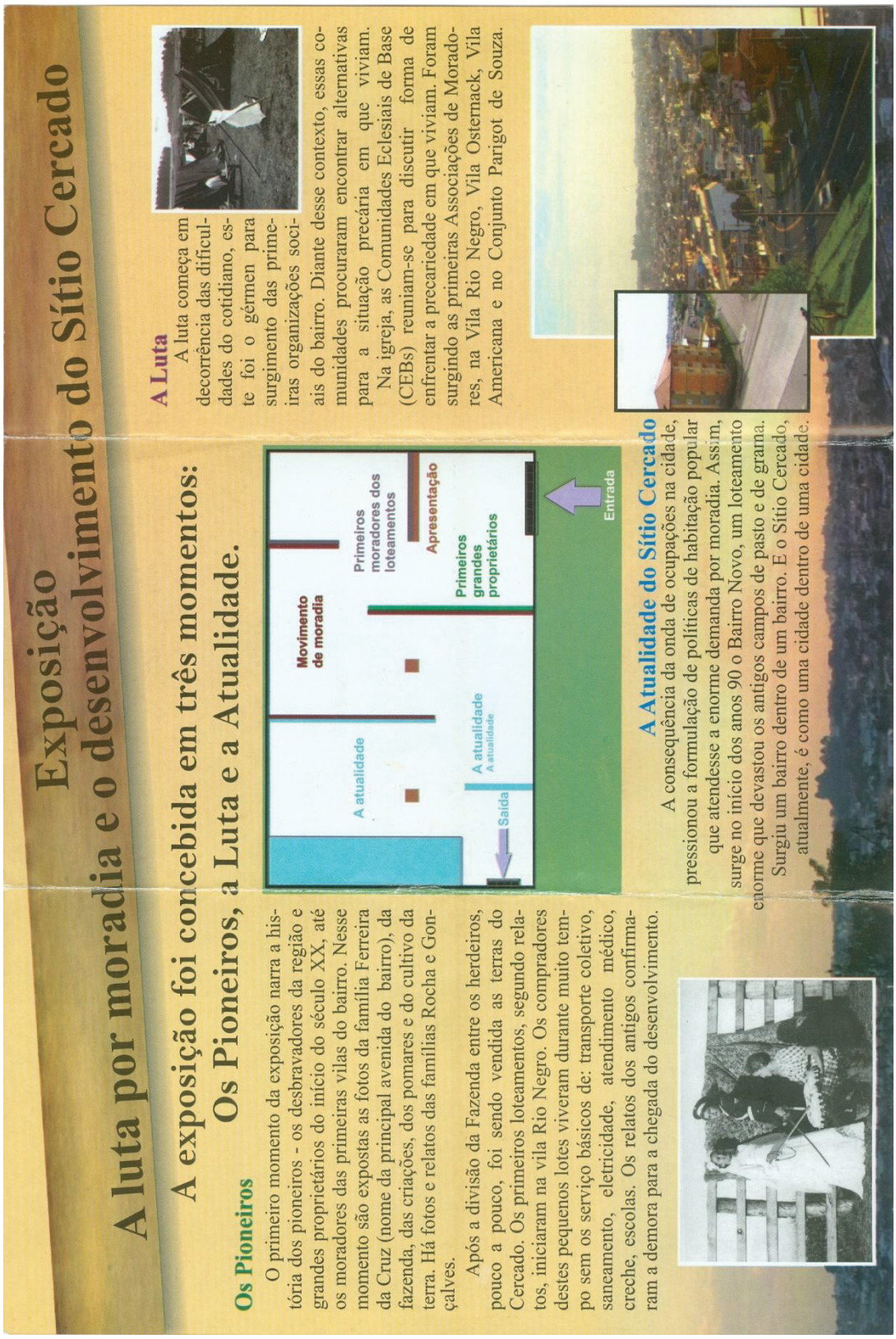
(digitalização) Pasta (vermelha G), transporte coletivo de Curitiba:

Cartilha com 78 páginas que conta a história conflituosa do transporte de Curitiba, documento organizado pela Prefeitura no ano de 1987, o texto é da Teresa Urban. Material bem interessante que, além de contar a história do transporte, explica o seu funcionamento e seu caráter público, isso no contexto de redemocratização do Brasil. O texto tenta explicar de forma bem didática o que é concessão, frota pública e privada, planilha e outros temas. 2.

Como classificar documentos de arquivo, da professora da UDESC (CEDIC-PUC-SP), Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo.

ANEXO 2 –FÔLDER DO MUPE – FRENTE

FÔLDER DO MUPE –VERSO



ANEXO 3 – OUTROS DOCUMENTOS EM ESTADO DIGITAL – POSSÍVEIS DE APROXIMAÇÃO COM OS CONTEÚDOS CURRICULARES

(FONTE: FOTO SEM IDENTIFICAÇÃO – ARQUIVO MUPE)

PARTIDO DOS TRABALHADORES — DIRETÓRIO REGIONAL

CONVITE

O PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT, está realizando o seu I Congresso, para analisar sua prática política nestes onze anos de construção, bem como debater os graves problemas que afligem as classes trabalhadoras neste momento.

Diante disto, não poderíamos deixar de convidar todos os setores democráticos e comprometidos com a construção de uma nova ordem social, política e econômica, para participar da abertura oficial do Encontro Estadual a se realizar no dia 18 de outubro às 19:00 hs, no Centro de Convenções do Atuba, cito a BR-116, saída para São Paulo - Curitiba - Paraná.

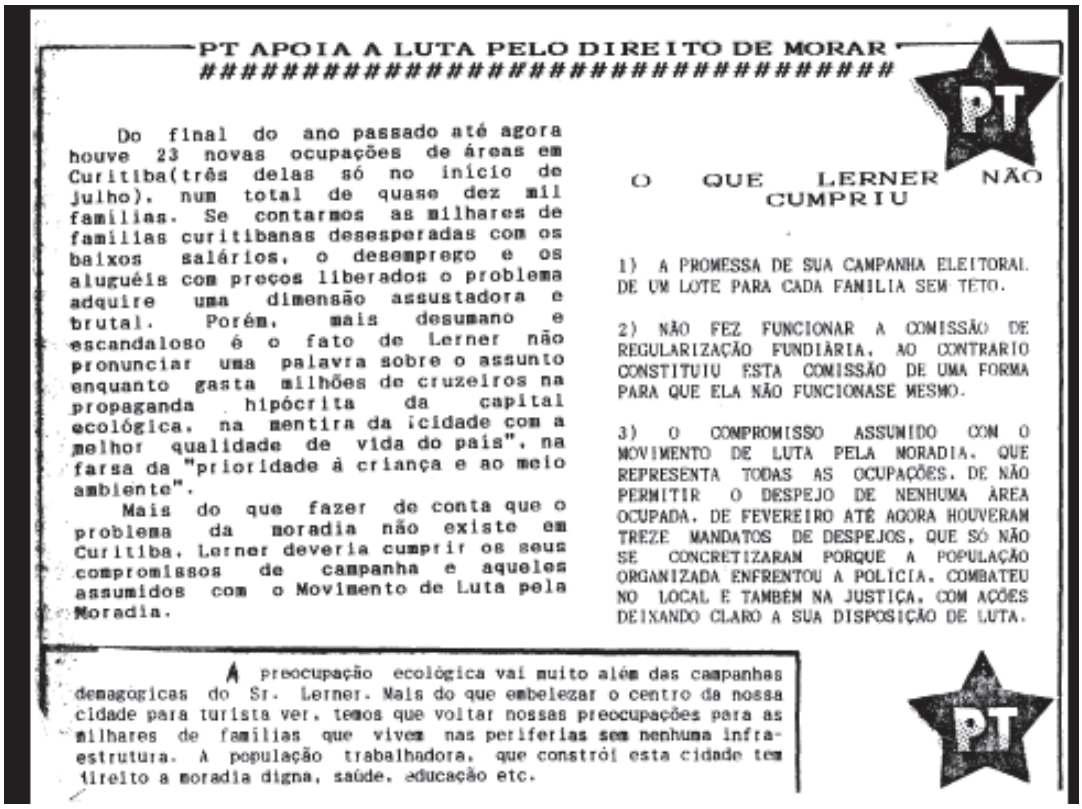
A participação desta entidade é para o Partido dos Trabalhadores, da maior importância neste momento em que precisamos ampliar o diálogo para encontrar as saídas políticas que levarão os trabalhadores a construir uma alternativa que supere o atual estágio de exploração do homem pelo homem.

Sem mais para o momento, apresentamos nossas saudações petistas!

Curitiba, 24 de Setembro de 1991

Coordenação do 1º Congresso
Florisvaldo R. de Souza

(FONTE: MUPE – CONVITE 1991)



PT APOIA A LUTA PELO DIREITO DE MORAR

Do final do ano passado até agora houve 23 novas ocupações de áreas em Curitiba(três delas só no início de julho), num total de quase dez mil famílias. Se contarmos as milhares de famílias curitibanas desesperadas com os baixos salários, o desemprego e os aluguéis com preços liberados o problema adquire uma dimensão assustadora e brutal. Porém, mais desumano e escandaloso é o fato de Lerner não pronunciar uma palavra sobre o assunto enquanto gasta milhões de cruzeiros na propaganda hipócrita da capital ecológica, na mentira da "cidade com a melhor qualidade de vida do país", na farsa da "prioridade à criança e ao meio ambiente".

Mais do que fazer de conta que o problema da moradia não existe em Curitiba, Lerner deveria cumprir os seus compromissos de campanha e aqueles assumidos com o Movimento de Luta pela Moradia.

O QUE LERNER NÃO CUMPRIU

1) A PROMESSA DE SUA CAMPANHA ELEITORAL DE UM LOTE PARA CADA FAMÍLIA SEM TETO.

2) NÃO FEZ FUNCIONAR A COMISSÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, AO CONTRÁRIO CONSTITUIU ESTA COMISSÃO DE UMA FORMA PARA QUE ELA NÃO FUNCIONASE MESMO.

3) O COMPROMISSO ASSUMIDO COM O MOVIMENTO DE LUTA PELA MORADIA, QUE REPRESENTA TODAS AS OCUPAÇÕES, DE NÃO PERMITIR O DESPEJO DE NENHUMA ÁREA OCUPADA. DE FEVEREIRO ATÉ AGORA HOUVERAM TREZE MANDATOS DE DESPEJOS, QUE SÓ NÃO SE CONCRETIZARAM PORQUE A POPULAÇÃO ORGANIZADA ENFRENTOU A POLÍCIA, COMBATEU NO LOCAL E TAMBÉM NA JUSTIÇA, COM AÇÕES DEIXANDO CLARO A SUA DISPOSIÇÃO DE LUTA.

A preocupação ecológica vai muito além das campanhas demagogicas do Sr. Lerner. Mais do que embelezar o centro da nossa cidade para turista ver, temos que voltar nossas preocupações para as milhares de famílias que vivem nas periferias sem nenhuma infra-estrutura. A população trabalhadora, que constrói esta cidade tem direito a moradia digna, saúde, educação etc.

(FONTE: MUPE – JORNAL PT)

PT NA LUTA DA CONSTITUINTE

Foto: Dulce Lessa

BENEDITA DA SILVA

No Centenário da Abolição, a deputada Benedita da Silva (PT-RJ) avalia a situação dos negros no País, e mostra que a liberdade ainda está por construir.

"Cem anos de abolição, e a opressão continua"

Decorrido um século desde a abolição oficial da escravatura, pode-se afirmar hoje que os negros brasileiros estão livres?

Ao verificarmos a situação do negro hoje no Brasil é interessante rever três leis muito queridas pelo mito da democracia racial. Comecemos pela Lei do Ventre Livre. Mais de cem anos depois de editada, temos 36 milhões de crianças em estado de miséria absoluta, sem poder estudar e se preparar profissionalmente. A gratuidade do ensino atinge uma pequena parte das escolas. Temos verdadeiras fábricas de deformação infantil.

A segunda lei é a Lei do Sexagenário. Sem aposentadoria integral, os idosos são forçados a uma desumana sobrecarga de trabalho, após tanta contribuição que já deram para construir o Brasil. Além de não termos instituições de vivência e sim o que chamamos de "esperando a morte chegar", grande parte dos nossos idosos permanece desassistida.

A terceira é a Lei Áurea. Diversos mecanismos fazem com que os negros libertos pela Lei Áurea não sejam tão livres assim. O governo republicano de 1889 a 1891, a pretexto de fazer uma faxina na história da Pátria, queimou os documentos sobre a escravidão negra no Brasil. Isto ajudou, desde o início, a ocultar a desigualdade racial. E, é lógico, escondeu vantagens e privilégios da população branca. Revendo a documentação existente sobre a raça negra, observamos a persistência desse ocultamento. Cem anos depois, o negro continua com os mesmos problemas: continua a grande maioria sem acesso à instrução, sem terra, e com seus valores culturais ora perseguidos ora aceitos pelo mito da democracia racial e, portanto, desfigurados. Mesmo com muita boa vontade, é evidente a discriminação. Há diferenças salariais e no acesso ao trabalho. Os negros formam hoje uma legião de despossuídos, constituindo a maioria dos desempregados e dos analfabetos.

O que é possível fazer agora no sentido de superar esse quadro de discriminação e desigualdade?

Buscar a plena consciência dos nossos direitos, respeitar as diferenças, reformular o ensino começando por assumir a existência da discriminação para poder superá-la. Rever a história do Brasil, identificando as diferentes contribuições nesta pluralidade étnica; resgatar o trabalho do negro, da mulher, do índio. No campo cultural, reivindicamos que o Estado repeite e propicie às manifestações culturais negras as mesmas condições dispensadas à cultura branca, a recuperação para o patrimônio cultural daquilo que se refere, à identidade e memória dos negros. É preciso recuperar as terras dos antigos quilombos, dentro de uma verdadeira reforma agrária. Nós, do PT, estamos lutando na Constituinte para criar mecanismos efetivos para coibir e neutralizar os crimes de discriminação racial, tornando-os inafiançáveis. Defendemos também que o governo brasileiro não mantenha relações com países cujo sistema é o racismo. Enfim, se não introduzirmos mecanismos isonômicos, as desigualdades tenderão a perpetuar-se.

Qual é o significado do Centenário da Abolição para o conjunto da classe trabalhadora?

Cem anos de abolição registram para a classe trabalhadora cem anos de opressão. Cem anos em que o capitalismo selvagem tem açoitado as iniciativas populares, patrocinando o bloco do desespero: é favela crescendo, é criança morrendo, é mulher sendo violentada; se mata na fábrica, na favela, no campo. É isto aí, e muito mais. Mas os quatrocentos anos de opressão representam quatrocentos anos de resistência dos negros.

Trabalhadores negros, brancos, índios, mulheres, à luta. No peito, na raça, no grito!

(FONTE – JORNAL PT 1995 - ENTREVISTA)

AUTORIZAÇÃO

VEÍCULO: XAPINHAL-SIT

BAIRRO: XAPINHAL-SIT CIDADE: Cwb UF: Pr

EMPRESA: AVATAR, Eletronica

END.: Isaac F. da Luz, 27

FONE: _____ CIDADE: Cwb UF: Pr

C.G.C.MF: _____ INS. EST _____

PRODUTO: Eletronica

TÍTULO: AVATAR

TAMANHO/DURAÇÃO: 2 X 5

MATERIAL: TEXTO

PERÍODO: Janeiro/94

TOTAL DE INSERSÕES: 01

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: 21/01/94

CUSTO POR CM/COLUNA/VEZ: _____

CUSTO UNITÁRIO Cr$ 6.700,00

CUSTO TOTAL Cr$ 6.700,00

Observações:

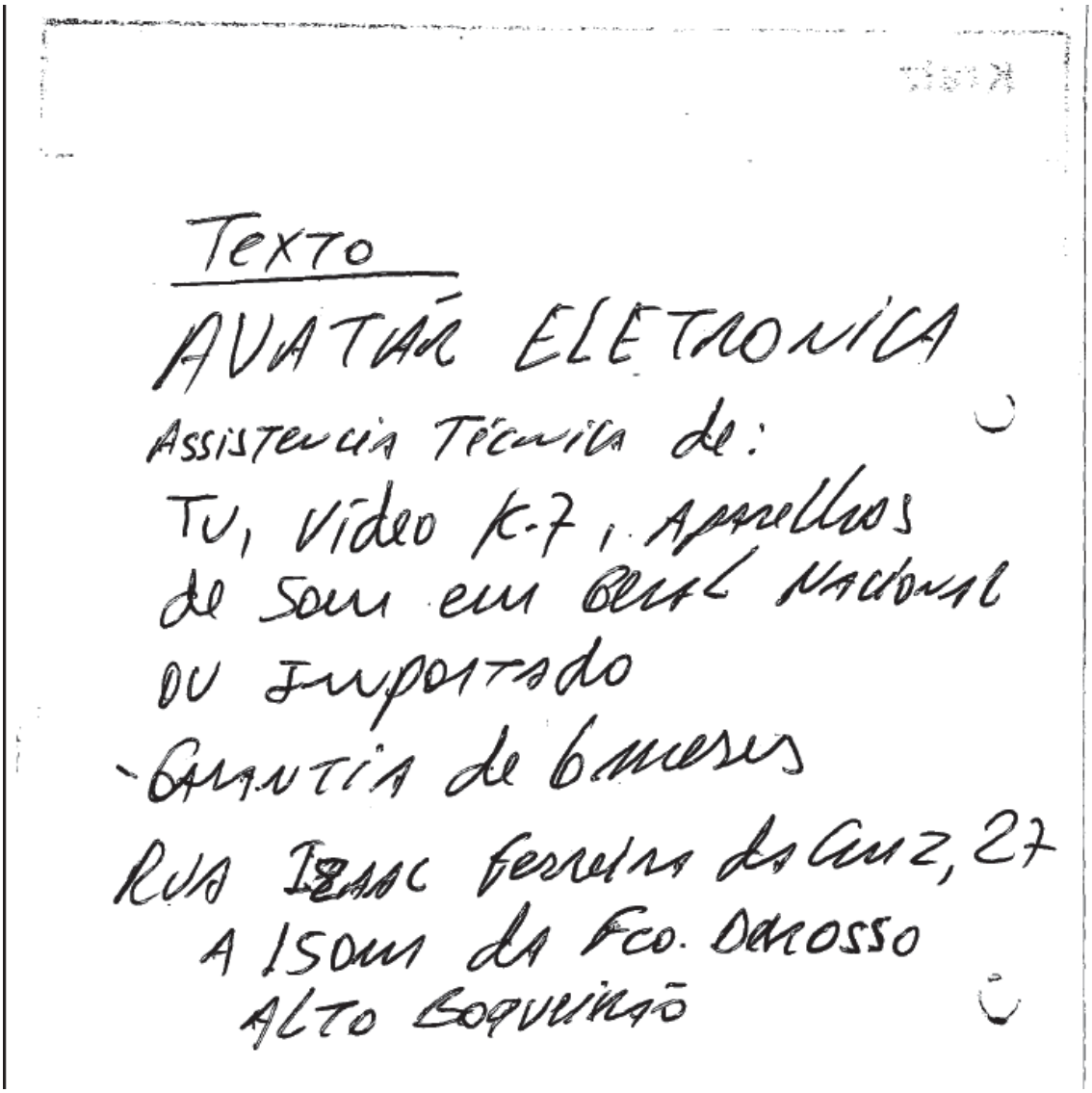
Eu, Jesse Lagos Silva (nome) proprietário (cargo), autorizo a divulgação publicitária do anúncio conforme especificado acima.

Curitiba, 22 de Dezembro de 1993

Ass. e Carimbo do Cliente

Ass. do Agenciador Joaquim 346-6252

1ª Via Kratz 2ª Via Cliente RUA CARLOS DE LAET 5387 - FONE: 277-1546



Texto

AVATAR ELETRONICA

Assistencia Técnica de:

TV, Vídeo K-7, Aparelhos

de Som em Geral Nacional

ou Importado

- Garantia de 6 meses

Rua Isaac Ferreira da Cruz, 27

A Isom da Fco. Darosso

Alto Boqueirão

(FONTE – Acervo do MUPE – PEDIDO DE SERVIÇO)